



Fecomércio - 01/09/2020

Blog do Carlos Costa | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - FECOMÉRCIO RN, FECOMÉRCIO-RN - MARCELO QUEIROZ, FECOMÉRCIO-RN - SESC RN /

Sesc RN lança projeto de incentivo ao comércio local para associados

Noticias - 31/08/2020

8

Versátil News | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - FECOMÉRCIO RN, FECOMÉRCIO-RN - MARCELO QUEIROZ, FECOMÉRCIO-RN - SESC RN /

Fecomércio: Sesc RN lança projeto de incentivo ao comércio local para associados

Noticias - 31/08/2020

9

Blog Pauta Aberta | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - FECOMÉRCIO RN, FECOMÉRCIO-RN - SESC RN /

Fecomércio/RN: Sesc/RN lança projeto de incentivo ao comércio local para associados

Noticias - 31/08/2020

10

Nominuto.com | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - FECOMÉRCIO RN /

Golden Tulip Ponta Negra recebe selo 'Turismo mais Protegido

Noticias - 31/08/2020

11

Versátil News | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - FECOMÉRCIO RN /

Fecomércio: Contas públicas têm déficit recorde de R\$ 81 bilhões em julho, diz BC

Noticias - 31/08/2020

12

FECOMÉRCIO-RN - FECOMÉRCIO RN, FECOMÉRCIO-RN - SESC RN /

Fecomércio: Resultado do Processo Seletivo Bolsa Social da parceria do Sesc com UNP

Noticias - 31/08/2020

14

Blog do Seridó | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - FECOMÉRCIO RN, FECOMÉRCIO-RN - SESC RN /

Sesc RN lança projeto de incentivo ao comércio local para associados

Noticias - 31/08/2020

15

Blog Suébster Neri | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - FECOMÉRCIO RN, FECOMÉRCIO-RN - SESC RN /

Sesc RN lança projeto de incentivo ao comércio local para associados

Noticias - 31/08/2020

16

Portal N10 | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Bolsonaro deve prorrogar auxílio emergencial por mais 4 meses

Noticias - 29/08/2020

17

Tribuna do Norte | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Simplificação de impostos é pilar de mudança tributária, afirma economista

Noticias - 31/08/2020

19

Agora RN | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Fátima e bancada federal se reúnem para tratar sobre a saída da Petrobras do RN 21

Política - 31/08/2020

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

DANIELAFREIRE 24

Notícias - 31/08/2020

Tribuna do Norte | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Nova fase do Pronampe terá participação de instituições regionais 26

Notícias - 31/08/2020

Blog da Gláucia Lima | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Nova fase do Pronampe terá participação de instituições regionais 27

Notícias - 31/08/2020

Nominuto.com | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Comissão do coronavírus debate soluções para recuperação do setor turístico no RN 28

Notícias - 31/08/2020

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Mourão diz ser contra acúmulo de salários de militares acima do teto por questão 'ética e moral' 30

Notícias - 31/08/2020

Tribuna do Norte | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Projeto de Lei Orçamentária prevê alta de 3,20% para PIB de 2021 31

Notícias - 31/08/2020

Blog do FM | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Governo reduz de R\$ 1.079 a R\$ 1.067 previsão de salário mínimo para 2021 32

Notícias - 31/08/2020

Nominuto.com | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Governo propõe salário mínimo de R\$ 1.067 para 2021, R\$ 22 a mais do que piso atual 33

Notícias - 31/08/2020

Tribuna do Norte | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Defesa, Cidadania, Comunicações e Educação terão aumento nas despesas em 2021 35

Notícias - 31/08/2020

Mossoró Hoje | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Salário mínimo deve ficar em R\$ 1.067 em 2021, menor que o previsto na LDO

37

Notícias - 31/08/2020

Blog do BG | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Número de beneficiários do Bolsa Família deve aumentar em 2 milhões em 2021

38

Notícias - 31/08/2020

Blog do Carlos Costa | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Governo REDUZ de R\$ 1.079 a R\$ 1.067 previsão de salário mínimo para 2021

40

Notícias - 31/08/2020

Blog do BG | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Governo reduz de R\$ 1.079 para R\$ 1.067 proposta para o salário mínimo em 2021

42

Notícias - 31/08/2020

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Governo estima alta do PIB em 3,2% em 2021 e rombo de R\$ 573 bilhões até 2023

43

Notícias - 31/08/2020

Blog do Seridó | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Orçamento de 2021 não terá contingenciamento, diz secretário

45

Notícias - 31/08/2020

Blog do Robson Pires | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Comissão do coronavírus debate soluções para recuperação do setor turístico no RN

46

Notícias - 31/08/2020

Blog Jair Sampaio | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

ALRN: Comissão do coronavírus debate soluções para recuperação do setor turístico

48

Notícias - 31/08/2020

Blog Suébster Neri | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Orçamento de 2021 não terá contingenciamento, diz secretário

50

Notícias - 31/08/2020

Portal N10 | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Aumento da liquidez na Bolsa: VVAR3 negocia mais que PETR4

51

Notícias - 31/08/2020

Nominuto.com | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA / Sem Renda Brasil, Orçamento eleva em 18% verba do Bolsa Família Noticias - 31/08/2020	53
FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA / Governo estima alta do PIB em 3,2% em 2021 e rombo de R\$ 573 bilhões até 2023 Noticias - 31/08/2020	54
Tribuna do Norte Rio Grande do Norte FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA / Salário mínimo para 2021 ficará em R\$ 1.067 Noticias - 31/08/2020	56
FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA / O Petróleo é Nosso Noticias - 01/09/2020	57
Nominuto.com Rio Grande do Norte FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA / Proposta de Orçamento reforça teto dos gastos e prevê salário mínimo de R\$ 1.067 Noticias - 31/08/2020	59
Tribuna do Norte Rio Grande do Norte FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA / Governo Federal propõe salário mínimo de R\$ 1.067 para 2021 Noticias - 01/09/2020	61
FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA / Caminho para investir Noticias - 01/09/2020	63
FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA / Loja Etna vai encerrar atividades no shopping Midway Mall Noticias - 01/09/2020	65
Pádua Campos Rio Grande do Norte FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA / Governo reduz de R\$ 1.079 para R\$ 1.067 proposta para o salário mínimo em 2021 Noticias - 31/08/2020	67
FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA / Governo estima alta do PIB em 3,2% em 2021 e rombo de R\$ 573 bilhões até 2023 Noticias - 31/08/2020	68
Tribuna do Norte Rio Grande do Norte FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA / Governo e bancada tratam da implicação da venda de ativos Noticias - 01/09/2020	70
FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA / Mourão afirma ser contra militares furarem teto	72

Noticias - 01/09/2020

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Novo marco do gás vai à votação

Noticias - 01/09/2020

74

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

'Governo vai acumular 13 anos de déficit fiscal'

Noticias - 01/09/2020

76

Blog do Seridó | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Salário mínimo para 2021 ficará em R\$ 1.067

Noticias - 31/08/2020

78

Blog Suébster Neri | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Salário mínimo para 2021 ficará em R\$ 1.067

Noticias - 31/08/2020

79

Blog do Carlos Costa | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - FECOMÉRCIO RN, FECOMÉRCIO-RN - MARCELO QUEIROZ, FECOMÉRCIO-RN -
Confederação Nacional do Comércio /

Semana Brasil tem apoio da Fecomércio RN

Noticias - 31/08/2020

80

Tribuna do Norte | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - SENAC RN, FECOMÉRCIO-RN - PROGRAMA SENAC DE GRATUIDADE /

Senac/RN disponibiliza cursos gratuitos para hotelaria; veja

Noticias - 31/08/2020

81

Sesc RN lança projeto de incentivo ao comércio local para associados



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Unknown

O Serviço Social do Comércio do RN (**Sesc RN**), entidade do Sistema Fecomércio, está lançando o projeto 'Seja um Parceiro Sesc' com objetivo de incentivar o consumo no comércio local. A partir de setembro, as empresas parceiras poderão oferecer descontos e atendimento diferenciados aos associados da instituição.

Atualmente, o Sesc conta com quase 50 mil associados que seriam automaticamente clientes em potencial às marcas que se associarem ao projeto, sobretudo as empresas locais. A ideia surgiu em meio à pandemia que afetou diretamente o setor do comércio e serviços. O Seja um Parceiro Sesc consiste na associação da empresa com o Sesc, que conta com unidades em cinco cidades, sendo elas: Natal, Mossoró, Caicó, Nova Cruz e São Paulo do Potengi.

A expectativa é que os clientes tenham descontos e ofertas especiais por parte dessas empresas, que em contrapartida passariam a contar com um novo leque de cliente, os associados do **Sesc RN**. O projeto oferece

ampla publicidade nas atividades da entidade, assim como divulgação nos canais oficiais de comunicação, principalmente, nas redes sociais.

'Em agosto iniciamos a fase de captação dos parceiros e já tivemos alguns retornos promissores, na área de hotelaria, alimentação e bens de consumo. Nosso objetivo é montar um catálogo de serviços diversificados aos nossos associados e que movimente o consumo na economia local. Os parceiros estão sendo receptivos e entendendo que não importa o porte da empresa, mas a contribuição dentro do projeto', afirma o Presidente do Sistema Fecomércio, **Marcelo Queiroz**.

Para ser parceiro Sesc, o empresário deve entrar em contato com os consultores do projeto, por meio do telefone (84) 3133-0360 ou pelo email (sescnasempresas@rn.sesc.com.br).

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - FECOMÉRCIO RN, FECOMÉRCIO-RN - MARCELO QUEIROZ, FECOMÉRCIO-RN - SESC RN

Fecomércio: Sesc RN lança projeto de incentivo ao comércio local para associados



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Comunicação

O Serviço Social do Comércio do RN (**Sesc RN**), entidade do Sistema Fecomércio, está lançando o projeto 'Seja um Parceiro Sesc' com objetivo de incentivar o consumo no comércio local. A partir de setembro, as empresas parceiras poderão oferecer descontos e atendimento diferenciados aos associados da instituição.

Atualmente, o Sesc conta com quase 50 mil associados que seriam automaticamente clientes em potencial às marcas que se associarem ao projeto, sobretudo as empresas locais. A ideia surgiu em meio à pandemia que afetou diretamente o setor do comércio e serviços. O Seja um Parceiro Sesc consiste na associação da empresa com o Sesc, que conta com unidades em cinco cidades, sendo elas: Natal, Mossoró, Caicó, Nova Cruz e São Paulo do Potengi.

A expectativa é que os clientes tenham descontos e ofertas especiais por parte dessas empresas, que em

contrapartida passariam a contar com um novo leque de cliente, os associados do **Sesc RN**. O projeto oferece ampla publicidade nas atividades da entidade, assim como divulgação nos canais oficiais de comunicação, principalmente, nas redes sociais.

'Em agosto iniciamos a fase de captação dos parceiros e já tivemos alguns retornos promissores, na área de hotelaria, alimentação e bens de consumo. Nosso objetivo é montar um catálogo de serviços diversificados aos nossos associados e que movimente o consumo na economia local. Os parceiros estão sendo receptivos e entendendo que não importa o porte da empresa, mas a contribuição dentro do projeto', afirma o Presidente do Sistema Fecomércio, **Marcelo Queiroz**.

Para ser parceiro Sesc, o empresário deve entrar em contato com os consultores do projeto, por meio do telefone (84) 3133-0360 ou pelo email (sescnasempresas@rn.sesc.com.br).

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - FECOMÉRCIO RN, FECOMÉRCIO-RN - MARCELO QUEIROZ, FECOMÉRCIO-RN - SESC RN

Fecomércio/RN: Sesc/RN lança projeto de incentivo ao comércio local para associados



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Lúcio Flávio

Imagem: Ilustração

O Serviço Social do Comércio do RN (Sesc/RN), entidade do Sistema Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do RN (Fecomércio/RN), está lançando o projeto Seja um Parceiro Sesc com objetivo de incentivar o consumo no comércio local.

A partir de setembro, as empresas parceiras poderão oferecer descontos e atendimento diferenciados aos associados da instituição.

Atualmente, o Sesc conta com quase 50 mil associados que seriam automaticamente clientes em potencial às marcas que se associarem ao projeto, sobretudo as empresas locais, descreve informação do site da Fecomércio/RN.

O Seja um Parceiro Sesc consiste na associação da empresa com o Sesc, que conta com unidades em seis

cidades, sendo elas: Natal, Mossoró, Caicó, Macaíba, Nova Cruz e São Paulo do Potengi.

A expectativa é que os clientes tenham descontos e ofertas especiais por parte dessas empresas, que em contrapartida passariam a contar com um novo leque de cliente, os associados do Sesc/RN.

Para ser parceiro Sesc, o empresário deve entrar em contato com os consultores do projeto, por meio do telefone (84) 3133-0360 ou pelo e-mail sescnasempresas@rn.sesc.com.br.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - FECOMÉRCIO RN, FECOMÉRCIO-RN - SESC RN

Golden Tulip Ponta Negra recebe selo 'Turismo mais Protegido'



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

O Golden Tulip Natal Ponta Negra, do Louvre Hotels Group - Brazil recebe o selo 'Turismo Mais Protegido', concedido pelo governo do estado.

Esta é uma iniciativa conjunta da Secretaria de Turismo do RN (Setur), Emprotur, Sistema Fecomércio, por meio do Senac, Sebrae e entidades do trade turístico.

O selo certifica ao turista a realização de garantia nos protocolos sanitários nos estabelecimentos, fortalecendo a confiança dos viajantes e apresentando empresas e serviços empenhados em resguardar a saúde e a segurança de turistas e moradores relativos a pandemia.

Para obter essa classificação o hotel ganhou o Selo 'Turismo Responsável', do Ministério do Turismo, concedido após capacitação de colaboradores oferecida pelo Senac ou Sebrae.

O Rio Grande do Norte é o primeiro estado brasileiro a receber o selo 'Travel Safety Stamp', selo de viagem segura criado com o respaldo da Organização Mundial do Turismo (WTTC) e de mais de 200 CEOs das

principais empresas de turismo do mundo.

Segundo o CEO da rede no Brasil, Paulo Michel a rede Louvre Hotels Group - Brazil está pronta para atender aos turistas, oferecendo uma opção de hospedagem diferenciada e funcional.

'Temos confiança na recuperação gradual do turismo, principalmente o doméstico. Nossa proposta é proporcionar uma experiência inesquecível aos hóspedes que desejem desfrutar de um dos nossos empreendimentos. Em contexto de pandemia de COVID-19, multiplicamos nossos protocolos de saúde, segurança e prevenção e seguimos rigorosamente os novos procedimentos da rede', salientou.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - FECOMÉRCIO RN

Fecomércio: Contas públicas têm déficit recorde de R\$ 81 bilhões em julho, diz BC



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Comunicação

As contas públicas registraram, em julho, saldo negativo recorde, devido às despesas extraordinárias necessárias para o enfrentamento da pandemia da covid-19. O setor público consolidado, formado por União, estados e municípios, apresentou déficit primário de R\$ 81,071 bilhões, no mês passado, o maior resultado negativo para o mês da série histórica iniciada em dezembro de 2001. Em julho de 2019, houve déficit primário de R\$ 2,763 bilhões. Os dados foram divulgados hoje (31) pelo Banco Central (BC).

No mês passado, o Governo Central (Previdência, Banco Central e Tesouro Nacional) apresentou déficit primário de R\$ 88,141 bilhões, ante R\$ 1,402 bilhão em julho de 2019. Já os governos estaduais registraram superávit de R\$ 6,757 bilhões, contra déficit de R\$ 2,075 bilhões, em igual mês do ano passado. Segundo o chefe do Departamento de Estatísticas do BC, Fernando Rocha, esse resultado positivo dos estados ocorreu por efeito das transferências para o

enfrentamento da covid-19 da União os estados e municípios que em julho chegaram a R\$ 18,3 bilhões.

'Temos uma mudança total nas condições econômicas. Os estados tiveram redução de arrecadação e nas transferências regulares da União. Neste ano, a peça importante para explicar esse resultado são os auxílios financeiros da União para estados e municípios', disse Rocha.

Os governos municipais registraram déficit de R\$ 477 milhões, em julho deste ano, contra o superávit de R\$ 156 milhões em igual mês de 2019. As empresas estatais federais, estaduais e municipais, excluídas as dos grupos Petrobras e Eletrobras, registraram superávit primário de R\$ 790 milhões no mês passado.

Resultado acumulado

De janeiro a julho, o déficit primário chegou a R\$ 483,773 bilhões, contra o resultado negativo de R\$ 8,503 bilhões, em igual período de 2019.

Em 12 meses encerrados em julho, o déficit primário ficou em R\$ 537,143 bilhões, o que representa 7,48% do Produto Interno Bruto (PIB), soma de todos os bens e serviços produzidos no país.

A meta para este ano era de déficit primário de R\$ 118,9 bilhões. Entretanto, o decreto de calamidade pública dispensou o governo de cumprir a meta.

Despesas com juros

Os gastos com juros ficaram em R\$ 5,838 bilhões em julho, contra R\$ 27,5 bilhões no mesmo mês de 2019. A redução das despesas com juros ocorreu pela influência dos ganhos do BC com as operações no mercado de câmbio (swap cambial). Os resultados dessas operações são transferidos para os juros da dívida pública. Em julho deste ano, os ganhos com essas

operações chegaram a R\$ 16,3 bilhões, enquanto que no mesmo mês de 2019 ficaram em R\$ 3,9 bilhões.

Nos sete meses do ano, essas despesas com juros acumularam R\$ 179,451 bilhões, ante R\$ 208,612 bilhões em igual período do ano passado.

Resultado nominal

Em julho, o déficit nominal, formado pelo resultado primário e os gastos com juros, ficou em R\$ 86,909 bilhões, contra o resultado negativo de R\$ 30,263 bilhões em igual mês de 2019. No acumulado de sete meses do ano, o déficit nominal chegou a R\$ 663,224 bilhões, contra R\$ 217,114 bilhões em igual período de 2019.

Dívida pública

A dívida líquida do setor público (balanço entre o total de créditos e débitos dos governos federal, estaduais e municipais) chegou a R\$ 4,322 trilhões em julho, o que corresponde 60,2% do PIB, o maior percentual desde outubro de 2002. Em junho, esse percentual estava em 58%.

Em julho, a dívida bruta - que contabiliza apenas os passivos dos governos federal, estaduais e municipais - chegou a R\$ 6,210 trilhões ou 86,5% do PIB, contra 85,5% em junho deste ano. Esse é o maior percentual da série histórica do BC, iniciada em dezembro de 2006.

A dívida pública bruta é um indicador usado para avaliar a solvência das finanças de um país. Quanto mais alto o indicador, maior a desconfiança em relação à capacidade de um governo honrar os compromissos.

Fonte: Agência Brasil

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN -
FECOMÉRCIO RN

Fecomércio: Resultado do Processo Seletivo Bolsa Social da parceria do Sesc com UNP



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Comunicação

O Serviço Social do Comércio do RN (**Sesc RN**) divulga a lista com o nome dos selecionados do Processo Seletivo Bolsa Social 2020.2 da Universidade Potiguar.

Resultado Processo Seletivo Bolsa Social 2020.2 da Universidade Potiguar / **Sesc RN**

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - FECOMÉRCIO RN, FECOMÉRCIO-RN - SESC RN

Sesc RN lança projeto de incentivo ao comércio local para associados



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Blog do Seridó

O Serviço Social do Comércio do RN (**Sesc RN**), entidade do Sistema Fecomércio, está lançando o projeto 'Seja um Parceiro Sesc' com objetivo de incentivar o consumo no comércio local. A partir de setembro, as empresas parceiras poderão oferecer descontos e atendimento diferenciados aos associados da instituição.

Atualmente, o Sesc conta com quase 50 mil associados que seriam automaticamente clientes em potencial às marcas que se associarem ao projeto, sobretudo as empresas locais. A ideia surgiu em meio à pandemia que afetou diretamente o setor do comércio e serviços. O Seja um Parceiro Sesc consiste na associação da empresa com o Sesc, que conta com unidades em cinco cidades, sendo elas: Natal, Mossoró, Caicó, Nova Cruz e São Paulo do Potengi.

A expectativa é que os clientes tenham descontos e ofertas especiais por parte dessas empresas, que em contrapartida passariam a contar com um novo leque de cliente, os associados do **Sesc RN**. O projeto oferece

ampla publicidade nas atividades da entidade, assim como divulgação nos canais oficiais de comunicação, principalmente, nas redes sociais.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - FECOMÉRCIO RN, FECOMÉRCIO-RN - SESC RN

Sesc RN lança projeto de incentivo ao comércio local para associados



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Suébster Neri

O Serviço Social do Comércio do RN (**Sesc RN**), entidade do Sistema Fecomércio, está lançando o projeto 'Seja um Parceiro Sesc' com objetivo de incentivar o consumo no comércio local. A partir de setembro, as empresas parceiras poderão oferecer descontos e atendimento diferenciados aos associados da instituição.

Atualmente, o Sesc conta com quase 50 mil associados que seriam automaticamente clientes em potencial às marcas que se associarem ao projeto, sobretudo as empresas locais. A ideia surgiu em meio à pandemia que afetou diretamente o setor do comércio e serviços. O Seja um Parceiro Sesc consiste na associação da empresa com o Sesc, que conta com unidades em cinco cidades, sendo elas: Natal, Mossoró, Caicó, Nova Cruz e São Paulo do Potengi.

A expectativa é que os clientes tenham descontos e ofertas especiais por parte dessas empresas, que em contrapartida passariam a contar com um novo leque de cliente, os associados do **Sesc RN**. O projeto oferece

ampla publicidade nas atividades da entidade, assim como divulgação nos canais oficiais de comunicação, principalmente, nas redes sociais.

Powered by WPeMatico

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - FECOMÉRCIO RN, FECOMÉRCIO-RN - SESC RN

Bolsonaro deve prorrogar auxílio emergencial por mais 4 meses



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Rafael Nicácio

O governo federal deve prorrogar o auxílio emergencial até dezembro deste ano, com quatro parcelas de R\$ 300, valor defendido pelo presidente Jair Bolsonaro, segundo apurou o 'Estadão' com fontes das alas política e econômica do governo.

O anúncio do Renda Brasil, programa social que substituirá o Bolsa Família e será a marca social do governo Bolsonaro, ficará para um segundo momento para que o ministro da **Economia**, Paulo Guedes, tenha mais tempo para encontrar espaço para acomodar o novo gasto dentro do teto, que limita o avanço das despesas à inflação.

O presidente quer um plano que não inclua a revisão ou a extinção de outros benefícios, como o abono salarial, uma espécie de 14º **salário** pago a trabalhadores com carteira com **salário** até R\$ 2.090 e que custa cerca de R\$ 20 bilhões ao ano. O abono é considerado ineficiente pela equipe econômica, mas a proposta foi rejeitada pelo presidente em reunião na terça-feira (25). No dia seguinte, em viagem a Minas Gerais, Bolsonaro

avisou que não vai 'tirar de pobres para dar a paupérrimos'.

Na primeira referência pública de Guedes às críticas do presidente, o ministro - que chegou a ser alvo de rumores de que pediria demissão - disse que tomou um 'carrinho' de Bolsonaro nesta semana. 'Ainda bem que foi fora da área, senão era pênalti', brincou Guedes em uma live organizada pelo setor do aço. Ontem (28), o ministro e Bolsonaro se encontraram fora da agenda oficial dos dois.

Técnicos discutiram uma revisão no seguro-defeso, pago a pescadores artesanais no período de reprodução dos peixes, quando a pesca é proibida. Para acabar ou restringir o programa, que tem um custo de R\$ 2,5 bilhões por ano e é sempre criticado por ter alto índice de fraudes, é preciso aprovar um projeto de lei - o que exige menos apoio do que os três quintos necessários para mudar a Constituição e mexer no abono. No entanto, governos anteriores também fracassaram nas tentativas de modificar o seguro-defeso.

Pouso suave na transição

Enquanto não aponta a fonte do novo programa, a ideia do governo é que a extensão do auxílio seja uma transição para um 'pouso suave' no novo Renda Brasil. Os técnicos da área econômica continuam debruçados sobre as alternativas para liberar espaço no Orçamento para o Renda Brasil e não desistiram nem mesmo de tentar convencer o presidente a propor alguma mudança no alcance do abono salarial atual. A ideia é tentar emplacar a mesma alteração proposta na reforma da Previdência, que restringia o abono a quem ganha até um **salário** mínimo (R\$ 1.045). A medida também foi rejeitada pelo Congresso.

O ministro da **Economia**, Paulo Guedes, disse que quem dá o 'timing' sobre temas como a prorrogação do auxílio emergencial e a criação do Renda Brasil é a política. Segundo ele, a equipe econômica tem

simulações prontas sobre os gastos que os benefícios vão acarretar.

'Eu sempre repito que o timing quem dá é a política. Nós temos as simulações todas preparadas, agora o timing, o nível de auxílio emergencial, de Renda Brasil, tudo isso são decisões políticas', afirmou Guedes na portaria do ministério. Ele foi questionado se o Renda Brasil começaria a ser pago já no início do ano que vem.

'Talvez antes, talvez no começo do ano que vem', respondeu.

Sobre o auxílio emergencial, o ministro disse que 'a gente sabe que R\$ 600 é muito e R\$ 200 é pouco'.

'Estamos tentando acertar os números. Mas está tudo claro, tudo tranquilo.'

O auxílio emergencial foi criado originalmente para durar três meses (tendo como base os meses de abril, maio e junho). Depois, o governo prorrogou por duas parcelas (julho e agosto) por meio de decreto. O valor de R\$ 600 foi mantido em todo esse período. Para mexer no valor, será preciso editar uma Medida Provisória (MP), que tem vigência imediata.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Simplificação de impostos é pilar de mudança tributária, afirma economista



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor de uma das três propostas de alteração da lei sobre **tributos** brasileiros, que estão em tramitação no Congresso Nacional, o economista Luiz Carlos Hauly defendeu a simplificação de impostos como o primeiro pilar de uma mudança do sistema.

'A reengenharia tributária tecnológica que estamos fazendo vai proporcionar crescimento econômico sustentado e inclusão econômica, social, fraternal e solidária. Na própria base de consumo, a simplificação', disse.

No programa Brasil Em Pauta - Especial Reforma Tributária, da TV Brasil, que vai ao ar hoje (31), às 22h30, Hauly explica que sua proposta define um imposto único sobre o consumo, outro tributo único sobre a renda dos brasileiros e uma reestruturação das alíquotas sobre patrimônios.

Tributarista, Hauly ressaltou que toda a sociedade está diretamente envolvida no debate. Segundo ele, estudos de entidades como o Instituto de Pesquisa Econômica

Aplicada (Ipea) mostram, por exemplo, que quem ganha até dois salários mínimos no Brasil tem 53,9% de impostos, de carga tributária na sua renda pessoal ou familiar. 'Ou seja, em R\$ 1 mil de **salário**, tem R\$ 539 de impostos. Os que ganham acima de R\$ 30 mil por mês pagam só 29%', disse.

Segundo Hauly, os mesmos levantamentos revelam que a distância fica ainda maior à medida que o ganho aumenta. 'Isso porque os governos tributam a base de consumo. Esses **tributos** vão para o preço e as famílias que ganham menos, consomem mais serviços e bens essenciais. O Brasil precisa, primeiro, eliminar o excesso de **tributos** que gerou 6 milhões de normas tributárias - por isso é chamado de manicômio tributário - e, segundo, o excesso de carga tributária sobre a base do consumo diante da baixa tributação na renda', afirmou.

Para o ex-parlamentar, o Brasil que ocupa o lugar de oitava **economia** do mundo não tem razões para não crescer. O problema, segundo ele, são as inconsistências do sistema tributário brasileiro.

Além da simplificação dos **tributos**, a proposta defendida por Hauly ainda prevê o que ele define como tecnologia 5.0 de cobrança, recaindo sobre o consumo por débito ou crédito, em moldes similares aos praticados pelos americanos. 'Se você fez uma compra no **mercado** ou na farmácia, instantaneamente se você gastou R\$ 500, R\$ 500 vão para o caixa da empresa e se o imposto for 10%, R\$ 50 vão para o governo. Fica neutro no meio da cadeia', disse.

O terceiro pilar da PEC determina mecanismos para diminuir a tributação considerada agressiva. 'Comida, remédio, água, esgoto, transporte público, educação e saúde terão a menor alíquota de cinco para o Imposto de Bens e Serviços Único. Estamos advogando que seja de 7%, que é a alíquota internacional para comida e remédio', explicou.

Também convidado do Brasil em Pauta - Especial Reforma Tributária, o cientista político e professor da UnB Ricardo Caldas lembrou que a sociedade tem noção de que há muitos impostos e carga tributária excessiva, ao mesmo tempo em que sofre com a falta de serviços básicos como saúde e educação. Mas, segundo ele, faltam clareza e uma diferenciação limitada sobre as cobranças tributárias no país.

'Há uma confusão no Brasil e a Receita Federal não faz questão de explicar o que é renda auferida pelo trabalho e o que é renda auferida por aluguel, aplicações, etc. No Brasil tudo entra no mesmo pacote, enquanto outros países separam o que é renda do trabalho', acrescentou.

Para Caldas, há uma consciência social de que a reforma tributária é necessária. 'O que é difícil é que os autores da cada uma das casas do Congresso - Câmara e Senado - abram mão de suas propostas. Se for possível uma negociação, aproveitando os melhores pontos de cada uma, seria o ideal', concluiu.

Agência Brasil

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Fátima e bancada federal se reúnem para tratar sobre a saída da Petrobras do RN



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Debate nesta segunda-feira, 31, será sobre a redução dos danos que a saída da estatal deverá causar ao estado

Redação

A governadora Fátima Bezerra se reúne nesta segunda-feira 31 com a bancada federal do Rio Grande do Norte para discutir a venda dos ativos da Petrobras no Rio Grande do Norte. Em pauta, a criação de um grupo de trabalho com um representante do Estado e da Petrobras para acompanhar todo o processo de venda da estatal. O secretário estadual de Planejamento e Finanças, Aldemir Freire, representará o Estado.

Num vídeo distribuído à imprensa neste final de semana, o diretor de relacionamento institucional da Petrobras, Roberto Ardenghy, disse que “ninguém será demitido nesse processo”, ou seja, a venda dos ativos

da companhia no Rio Grande do Norte, mas “a todos os empregados será oferecido a condição de trabalhar em outro projeto (...) ou, se quiser, aderir ao nosso programa de demissão”.

Ele voltou a repetir o argumento da empresa para justificar a venda de 26 concessões de produção, entre as quais, 23 plataformas marítimas e três terrestres no estado: obter maior fortalecimento no ambiente de preços baixos de petróleo, gerar reforço para o caixa para a companhia e manter o foco da exploração de petróleo em águas profundas, especialmente no pré sal, no Sudeste do País.

Afirmou que com a chegada de novas empresas para assumir o polo deixado pela Petrobras, empregos serão gerados e impostos arrecadados, o que dinamizará a **economia** da região. Mas não entrou em maiores detalhes de uma previsão para isso acontecer.

Por enquanto, o ambiente produzido pelo anúncio da venda dos ativos da Petrobras, depois de quase 50 anos de atuação no RN, cria polêmica e divide empresários e até representantes da classe política.

O anúncio oficial foi feito no último dia 24 e, desde então, as declarações contrárias e favoráveis ao desinvestimento da companhia tem se multiplicado na imprensa e nas redes sociais.

Para Gutemberg Dias, presidente da RedePetro, entidade que reúne empresas fornecedoras do setor, o processo de venda dos campos terrestres e de águas no RN, a saída da empresa irá reaquecer o **mercado** de petróleo e gás do estado. Para ele, o importante mesmo é que “os investimentos em exploração e produção sejam continuados para que o setor volte a crescer”.

Pragmático, o dirigente afirma que o fato relevante, nesse caso, não é a Petrobras ficar, “mas ela ficar e investir”. Ao portal da Federação da Indústria do RN, ele

acrescentou que é preciso conviver com a nova realidade e que a saída da estatal é “um processo irreversível”.

Gutemberg lembra que desde os anos 2014/2015, quando a Petrobras iniciou seu processo de desinvestimentos do RN, várias operações foram encerradas nos campos da Bacia Potiguar. “Muitas empresas fornecedoras fecharam as portas ao longo desses anos. Para ter ideia, na RedePetro, temos 23 empresas fornecedoras ativas, antes eram 130 empresas associadas”.

A produção de Petróleo e Gás, até agora realizadas pela estatal, caiu de R \$ 3,4 bilhões em 2013 para R \$ 1,6 bilhão em 2017, segundo o IBGE. Isso fez com que o RN fosse um dos estados mais impactados pela retirada de investimentos da Petrobras.

Os reflexos apontam para uma queda expressiva na produção de petróleo, repercutindo em toda a cadeia produtiva e no nível de empregos dos trabalhadores do setor.

Segundo números da própria estatal, só entre janeiro a junho deste ano, a média do Polo Potiguar foi de aproximadamente 23 mil barris de óleo por dia. Nos primórdios da empresa no estado, essa mesma produção chegou aos 120.000 barris.

Para a Fiern, o presidente da Vipetro Construções e Montagens Industriais, Francisco Vilmar Pereira, sustenta que a decisão da Petrobras de deixar o RN “significa oportunidade de novos negócios”.

Ele tem certeza que as empresas que comprarem a cessão farão investimentos e reativarão a produção em patamares expressivos, movimentando toda a cadeia do setor petrolífero do estado.

“A entrada de novas empresas e os investimentos irão demandar mais serviços para terceirizadas, fornecedores e prestadores de serviços da região, isso é importante para movimentar a **economia** do estado”, observa o empresário, que também é diretor da Fiern e

presidente do Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico do Estado do Rio Grande do Norte (Simetal).

Ele lembra que a entrada da empresa Potiguar E&P, subsidiária da Petroreconcavo, que comprou 34 campos do Riacho da Forquilha, já se reflete em um crescimento de produção e movimentação do setor.

“Houve o aumento de produção com a Potiguar E&P e, conseqüentemente, da demanda para terceirizadas, rede de fornecedores e prestadores de serviços nas regiões de Mossoró, Carnaúbas, Felipe Guerra, Governador Dix-Sept Rosado, Apodi. As empresas locais vinham sofrendo com a queda de produção”, avalia.

Mas ele pondera que o ideal seria que a cessão tivesse sido em blocos menores para beneficiar um número maior de empresas que já atuam na área. “O campo do Amaro deve ter uma grande procura devido sua importância, mas há campos menores para os quais poderiam ter sido feitas a cessão em pacotes menores para que mais produtores da região pudessem concorrer nesta venda da cessão. De toda forma, é uma retomada, um crescimento das atividades importantes para o setor e para todo o Estado”, afirmou ao portal da Fiern.

O Polo Potiguar é formado por três subpolos (Canto do Amaro, Alto do Rodrigues e Ubarana), totalizando 26 concessões de produção, 23 terrestres e três marítimas, além de incluir acesso à infraestrutura de processamento, refino, logística, armazenamento, transporte e escoamento de petróleo e gás natural. As concessões do subpolo Ubarana estão localizadas em águas rasas, entre 10 km e 22 km da costa do município de Guamaré. As demais concessões dos subpolos Canto do Amaro e Alto do Rodrigues são terrestres.

Além das concessões e suas instalações de produção, está incluída na transação a Refinaria Clara Camarão, localizada em Guamaré, capaz de refinar 39.600 barris por dia.

**Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN -
ECONOMIA**

DANIELAFREIRE



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

DANIELAFREIRE

VISADO

Nacionalmente, o ministro do Desenvolvimento Regional Rogério Marinho continua chamando os 'holofotes' para si, principalmente pela aproximação com Jair Bolsonaro. E neste domingo, por este motivo, ele esteve mais uma vez em destaque na imprensa nacional.

REVIRANDO

Em tom de crítica, o jornalista Sérgio Fausto destacou em artigo publicado no Estadão que o político potiguar de 'voz mansa' deixaria o avô Djalma Marinho 'vexado' com a sua ligação com um político como o atual presidente da República.

AO CONTRÁRIO

É que, segundo lembra Fausto, o avô do ministro do Desenvolvimento era culto, educado e lutou 'contra as piores arbitrariedades do regime autoritário'. O inverso do que hoje defende o neto ao se posicionar ao lado do bolsonarismo.

Interessante o artigo da repórter especializada em **economia** e colunista da Folha de S.Paulo Flávia Lima, publicado neste domingo, a respeito da cobertura jornalística quando se aborda os supersalários do serviço público.

IMPRECISO

Intitulado 'A Geni' da cobertura jornalística', o texto mostra como a imprensa generaliza ao tratar as distorções no universo salarial do funcionalismo público e usa 'termos simplistas e acusatórios' - como 'servidores do Brasil' - que atingem a totalidade dos trabalhadores desse 'ramo'.

NÃO DÁ PARA GENERALIZAR

Quando, na verdade, há uma casta que domina os supersalários: Judiciário, MP e carreiras federais. 'Servidor público é uma categoria ampla que inclui de desembargadores a auxiliares de limpeza'.

CULTURA

A Assembleia Legislativa do RN debateu, na última sexta-feira (28), a aplicação e destinação dos recursos oriundos da Lei Aldir Blanc no Rio Grande do Norte. Pontos como os critérios, prazos, cobertura, participação popular e outros, foram abordados em audiência pública realizada através de videoconferência.

AJUDA

'O projeto envolve três ações: a renda básica emergencial, o subsídio mensal para manutenção de espaços artísticos e culturais e a publicação de editais para aquisição de bens e serviços', pontuou o

controlador-geral do Estado, Pedro Lopes, representando o Comitê Estadual da Lei.

ACESSO

Para o deputado Ubaldo Fernandes (PL), que promoveu a discussão entre secretários de Cultura do Estado e da Prefeitura Municipal de Natal, destacou que 'o segmento da cultura é um dos mais prejudicados pela pandemia', que esse auxílio será de grande importância, mas que é preciso esclarecer melhor sobre como os artistas poderão ter acesso aos recursos.

DE CANDIDATA À COORDENADORA

A deputada federal Natália Bonavides será a Coordenadora Política da campanha do Senador Jean Paul Prates a prefeito de Natal. A parlamentar, que era a candidata 'dos sonhos' do PT para a disputa de novembro próximo, disse 'sim' para o desafio neste mês de semana.

PROJETO

'Ontem (sábado), recebi o convite do companheiro Jean Paul, nosso pré-candidato do PT à prefeitura de Natal, para ser a coordenadora política da campanha. Vamos juntos apresentar para Natal um projeto de cidade democrática e popular!', escreveu ela em seu perfil no Instagram, neste domingo.

APOIO

Famosos do PSOL estiveram presentes no lançamento virtual da pré-candidatura do professor Robério Paulino a vereador de Natal, na última quinta-feira.

FAMOSOS

O evento ocorreu através do aplicativo Google Meet, que ficou superlotado, com mais de 250 pessoas, e recebeu o presidente nacional do partido, Juliano Medeiros, e o deputado federal Glauber Braga, eleito entre os 10 melhores deputados federais do Brasil no prêmio Congresso em Foco.

daniela.freirecosta@yahoo.com.br

A deputada federal Natália Bonavides dizendo 'sim' ao convite do senador Jean Paul Prates para coordenar a campanha petista à Prefeitura de Natal. Passeio de bike: Deputado Ezequiel Ferreira curtindo um domingo saudável ao lado do herdeiro João Ezequiel

>> O Brasil perdeu a relevância no MSCI (Morgan Stanley Capital International), empresa americana que publica índices das principais ações do mundo, mede o desempenho das Bolsas de Valores e é referência global para ações emergentes. >> Em meio à reaproximação de Jair Bolsonaro (sem partido) com o PSL, a direção do partido em São Paulo fará sua convenção hoje e confirmará a candidatura da deputada federal Joice Hasselmann (PSL-SP) a prefeita da capital paulista, hoje adversária do presidente.

O professor André Cury está lançando o Portal do Conhecimento que leva seu nome e promete dar aquela mãozinha a mais para reforçar os estudos na preparação para o ENEM. A plataforma digital disponibiliza conteúdos exclusivos de matemática, preparados por um dos melhores professores do **mercado**

RÁPIDAS CONFIANTE

Em contato com a coluna, o professor Robério demonstrou otimismo com relação ao futuro político, que inclui a possibilidade de assumir mandato na Assembleia Legislativa. 'Nossa campanha cresce rápido. Se vier o mandato de deputado estadual, o que é muito provável, melhor. Se demorar, vamos à Câmara primeiro!', afirmou.

DEMONIZADOS

SEGUNDA-FEIRA 31 DE AGOSTO DE 2020 |

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Nova fase do Pronampe terá participação de instituições regionais



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Instituições financeiras regionais vão ofertar crédito na nova etapa do Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe). A segunda etapa do programa terá aporte adicional de R\$ 12 bilhões da União no Fundo de Garantia de Operações (FGO), destinado à concessão de garantias no âmbito do Pronampe.

Segundo o Ministério da **Economia**, parte desse aporte de R\$ 12 bilhões será destinada para algumas instituições financeiras regionais habilitadas: mais de R\$ 21 milhões em crédito pela Agência de Fomento de Goiás; R\$ 268 milhões pelo Banco do Nordeste; R\$ 203 milhões pelo Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG); R\$ 282 milhões pelo Banco da Amazônia e R\$ 730 milhões pelo Banco do Estado do Rio Grande do Sul (Barrisul).

No dia 19 de agosto, o presidente Jair Bolsonaro sancionou a Lei nº 14.043, de 2020, que amplia o programa.

O ministério informa que o Pronampe continuará atendendo as microempresas (com faturamento até R\$

360 mil no ano) e empresas de pequeno porte (faturamento até R\$ 4,8 milhões no ano), além dos profissionais liberais, com taxa de **juros** máxima igual à Selic (atualmente em 2% ao ano) mais 1,25% ao ano. O prazo de pagamento é de 36 meses e carência de oito meses. É possível acompanhar o recurso sendo liberado pelo Emprestômetro do Portal do Empreendedor, onde também poderão ser consultadas as instituições habilitadas.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Nova fase do Pronampe terá participação de instituições regionais



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: glaucialima

Instituições financeiras regionais vão ofertar crédito na nova etapa do Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe).

A segunda etapa do programa terá aporte adicional de R\$ 12 bilhões da União no Fundo de Garantia de Operações (FGO), destinado à concessão de garantias no âmbito do Pronampe.

Segundo o Ministério da **Economia**, parte desse aporte de R\$ 12 bilhões será destinada para algumas instituições financeiras regionais habilitadas: mais de R\$ 21 milhões em crédito pela Agência de Fomento de Goiás; R\$ 268 milhões pelo Banco do Nordeste; R\$ 203 milhões pelo Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG); R\$ 282 milhões pelo Banco da Amazônia e R\$ 730 milhões pelo Banco do Estado do Rio Grande do Sul (Barrisul).

No dia 19 de agosto, o presidente Jair Bolsonaro sancionou a Lei nº 14.043, de 2020, que amplia o

programa.

O ministério informa que o Pronampe continuará atendendo as microempresas (com faturamento até R\$ 360 mil no ano) e empresas de pequeno porte (faturamento até R\$ 4,8 milhões no ano), além dos profissionais liberais, com taxa de **juros** máxima igual à Selic (atualmente em 2% ao ano) mais 1,25% ao ano.

O prazo de pagamento é de 36 meses e carência de oito meses. É possível acompanhar o recurso sendo liberado pelo Emprestômetro do Portal do Empreendedor, onde também poderão ser consultadas as instituições habilitadas.

O post Nova fase do Pronampe terá participação de instituições regionais apareceu primeiro em Gláucia Lima.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Comissão do coronavírus debate soluções para recuperação do setor turístico no RN



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

A Comissão de Acompanhamento e Fiscalização das Ações Governamentais para enfrentamento e combate à Covid-19, da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte, recebeu, na reunião desta segunda-feira (31), por Sistema de Deliberação Remota (SDR), o empresário Habib Chalita, que falou do impacto da pandemia nas relações empresariais, especialmente no setor turístico do estado.

De acordo com o empresário, logo no início, quando a pandemia se alastrou pelo RN, os estabelecimentos do setor de alimentação e hospedagem foram imediatamente fechados e passaram por momentos totalmente parados, por consequência da situação do isolamento, 'que foi, sem dúvida, fundamental no princípio da pandemia', disse.

'Os números do impacto desse fechamento começaram a aparecer. Hoje devemos ter cerca de 40 mil desempregados, que envolvem o setor de alimentação e hospedagem. A grande dificuldade que temos é, ainda, a situação referente a linhas de créditos para que

o pequeno e micro empreendedor possam reabrir os seus negócios. Por isso, é importante que o estado colabore', explicou o convidado. Ele enfatizou a necessidade de que os empreendimentos trabalhem com segurança, com sanitização e cumprindo os protocolos.

O deputado Francisco do PT (PT) destacou que não é uma situação fácil para ninguém, nem para governo, muito menos para a iniciativa privada. 'Ao ouvir sua fala, percebo que você aborda toda a preocupação dos impactos que teve o setor, mas ao mesmo tempo você tem uma visão de preocupação com a vida das pessoas, porque sem vida não há **economia**', falou a parlamentar, que, em seguida, indagou o convidado a respeito de se está havendo diálogo do setor com os governos estadual e federal, nesse momento, e que contemple soluções para o durante e o pós-pandemia.

Habib Chalita respondeu ao deputado Francisco do PT (PT) que foi aberto um grupo de trabalho entre o governo estadual e o setor produtivo de imediato, quando começou a situação pandemia. 'Participamos e passamos diretamente para o governo estadual quais eram os gargalos e as dificuldades que estávamos enfrentando. Com relação ao governo federal, houve decretos e medidas financeiras, mas também existiram gargalos para se ter acesso a essas linhas de crédito. Com o passar do tempo, essas questões foram sendo facilitadas', justificou.

'Hoje, o setor de turismo terá a recuperação mais lenta de todas, sobretudo porque precisamos fazer com que a malha aérea do RN possa funcionar. O importante é que possamos dar as mãos, para que possamos superar esses obstáculos', complementou o empresário.

O deputado estadual Getulio Rêgo (DEM) questionou o empresário Habib Chalita se haveria alguma pauta específica, a nível local, do ponto de vista de **tributos**, agência do fomento, para formular ao governo do

estado nesse momento.

O convidado informou que está havendo o acesso de créditos aos pequenos e micros empreendedores, mas alguns não conseguem ainda porque precisam se regularizar para concluir cadastro, já que são, geralmente, trabalhadores informais. 'Eu ainda estou aguardando um retorno com relação à situação desses cadastros', falou.

O deputado Tomba Farias (PSDB) lembrou que o turismo e a cultura foram os setores mais atingidos com essa pandemia. E opinou que acredita que o governo federal, desse ponto de vista, está fazendo a parte dele de ajudar a esses setores. E, então, perguntou ao empresário se ele poderia mensurar um montante de recursos que seriam necessários para recuperação do setor turístico no Rio Grande do Norte. Habib Chalita respondeu que a previsão é que em outubro se possa ter um número exato do impacto da pandemia no setor.

O parlamentar que preside a Comissão do coronavírus, Kelps Lima (SDD), por sua vez, chamou atenção para a falta de inovação dos empreendedores para se adaptarem aos novos tempos. 'Acredito que as relações sociais, de consumo e empresariais já sofreram transformações profundas e que muitas não voltarão ao estado anterior. Uma das minhas preocupações é que vejo muita gente olhando para o passado e não olhando para o futuro, sem fazer, portanto, leituras modernas dos processos. Eu sinto falta de criatividade. Uma das medidas nesse instante, por exemplo, seria o governo do estado investir a verba da comunicação na reativação da **economia** do RN, na ativação do turismo regional. Se o turista de São Paulo não vem ao Rio Grande do Norte, o turista de Santana do Matos pode vir a Natal. O turismo interno é o mais seguro', falou.

Com relação à verba da comunicação do governo do estado, Habib Chalita informou que foi feito um levantamento de que o turista que vai vir para o RN, no período imediato pós-pandemia, não virá de avião, mas de carro. 'Solicitamos ao governo estadual que fizesse uma mídia voltada para os entornos, para os Estados vizinhos, para que possam vir para cá. Nós sabemos

que essas cidades estão à procura de fazer turismo. O RN conseguiu tirar o selo de turismo seguro, então até o final de 2020 é fazer uma divulgação nesse sentido. O setor privado está se responsabilizando por toda a sanitização nesse momento', concluiu.

O deputado Kelps Lima (SDD) informou que fará um requerimento nesse sentido, para direcionar a verba de comunicação do estado para o setor turístico.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Mourão diz ser contra acúmulo de salários de militares acima do teto por questão 'ética e moral'



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

O vice-presidente da República, Hamilton Mourão, afirmou ser contra a possibilidade de integrantes das Forças Armadas com cargo no governo acumularem remunerações que ultrapassem o teto do funcionalismo - R\$ 39,3 mil. Como mostrou o Estadão, o Ministério da Defesa obteve aval da Advocacia-Geral da União (AGU) para aplicar um entendimento diferente para a regra no caso de militares com cargo no governo, o que, na prática, liberaria salários acima do limite.

Mourão disse que discorda da iniciativa da Defesa por "uma questão ética e moral" devido ao momento que o País vive. O vice-presidente é general da reserva e poderia ser beneficiado pela medida.

"Têm dois aspectos aí. Número um, já tem jurisprudência a respeito que os proventos de aposentadoria não acumulariam com a questão de abate-teto. Agora, número dois tem a questão ética e moral, que eu acho que não é o caso", disse Mourão a jornalistas, ao chegar no Palácio do Planalto.

"Eu claramente sou contra isso aí no momento que nós estamos vivendo. Se a gente estivesse vivendo uma situação normal, o País com recurso sobrando, tudo bem, mas não é o que está acontecendo", declarou o vice.

A Defesa argumenta, com apoio dos comandos de Aeronáutica, Exército e Marinha, que o abate-teto deveria limitar cada **salário** isoladamente. O argumento é de que a medida corrigiria distorções de militares da reserva que exercem cargos no governo sem receber o **salário** ou em troca de apenas uma parte.

Assim, caso nenhuma das remunerações atinja o teto, o militar poderia recebê-las integralmente. Apesar do aval da AGU, dado em abril, o pagamento acima do limite foi suspenso durante a pandemia da covid-19.

O Ministério da **Economia**, no entanto, tenta convencer a AGU a rever essa autorização. Em documento obtido pelo Estadão, a área econômica alerta para o possível impacto nas contas que a mudança na regra pode causar e aponta que, desde 2018, o desconto feito no **salário** de servidores poupou R\$ 518 milhões aos cofres públicos.

Apesar de a AGU ter dado a autorização com base em uma consulta da Defesa, na prática, outros ministérios, como o da Cidadania, já formularam consultas ao órgão sobre como proceder os pagamentos. Isso porque o parecer do órgão jurídico beneficia não só os militares, mas todos os servidores do governo que recebem salários de duas fontes diferentes.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Projeto de Lei Orçamentária prevê alta de 3,20% para PIB de 2021



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

O Projeto de Lei Orçamentária (PLOA) de 2021 apresentado nesta segunda-feira, 31, pelo Ministério da **Economia** prevê que o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) no próximo ano será de 3,20%. A projeção se refere à última estimativa oficial, feita pela pasta em julho. Na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), enviada ao Congresso em abril, a previsão era de 3,30%.

A estimativa da equipe econômica para a Selic média em 2021 é de 2,13% ao ano, ante 4,33% na LDO. O PLOA também traz a projeção de um câmbio médio de R\$ 5,11 no próximo ano, ante R\$ 4,29 na LDO.

A estimativa de alta da massa salarial nominal é de 4,05% em 2021, ante 5,95% prevista em abril.

Já a projeção da PLOA para a inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) em 2021 é de 3,24% ante 3,65% estimado na LDO.

Para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) - que reajusta o **salário** mínimo - a projeção é de 2,09%, ante 3,19% de abril.

Para o Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna (IGP-DI) de 2021, a previsão é de 4,11% na proposta de Orçamento, ante 4 00% previsto na LDO.

Estadão Conteúdo

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Governo reduz de R\$ 1.079 a R\$ 1.067 previsão de salário mínimo para 2021



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

O governo reduziu sua proposta para o **salário** mínimo de 2021 para R\$ 1.067, de R\$ 1.079 previstos em abril, no projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO).

A mudança consta no projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA), enviado pelo Ministério da **Economia** ao Congresso nesta segunda-feira, 31, data final do prazo, e ainda depende de aval dos parlamentares.

O governo Bolsonaro já não vinha dando aumento real (acima da inflação) ao piso. Apesar de não reconhecer que mudou a política do **salário** mínimo, a equipe econômica adotou a postura diante da necessidade de preservar o reajuste fiscal. Isso foi antes de chegar a pandemia.

Agora, a possibilidade de um aumento acima da inflação não está nem mesmo sendo considerada pela maioria dos parlamentares, que têm assuntos mais urgentes na frente, como os relacionados ao socorro federal a população, estados e empresas.

A regra de reajustes reais no **salário** mínimo, calculados pelo INPC mais a variação do PIB de dois anos antes, foi criada pelo governo Lula, virou lei em 2012 no governo Dilma e expirou em 2019.

Neste período, não houve alta real do mínimo em apenas dois anos: 2017 e 2018, pois foram os anos cujo cálculo tomou como referência os anos de recessão: 2015 e 2016.

Exame

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Governo propõe salário mínimo de R\$ 1.067 para 2021, R\$ 22 a mais do que piso atual



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

O governo federal propôs um **salário** mínimo de R\$ 1.067 para 2021, segundo a proposta de Orçamento do ano que vem apresentada nesta segunda-feira (31), pela equipe econômica. O valor representa um aumento de R\$ 22 em relação ao **salário** mínimo atual, de R\$ 1.045.

O reajuste, se aprovado pelo Congresso, começará a valer em janeiro de 2021, com pagamento a partir de fevereiro.

O novo valor também equivale a uma perda de R\$ 12 na comparação com os R\$ 1.079 propostos em abril deste ano para 2021. A explicação para essa queda tem a ver com o fato de o governo prever um aumento somente com base na inflação de 2020.

Como a previsão para a inflação deste ano recuou, o **salário** mínimo também terá um reajuste menor. Em abril, o governo previa que o INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) teria uma alta de 3,27% em 2020, valor que caiu para 2,09% em julho.

Os valores ainda podem mudar no decorrer deste ano, com base nas projeções de inflação para o ano de 2020 (utilizadas como parâmetro para correção).

A Constituição determina que o **salário** mínimo tem de ser corrigido, ao menos, pela variação do INPC do ano anterior.

Sem aumento real

O valor do **salário** mínimo proposto pelo governo para o ano que vem tem correção somente pela inflação, ou seja, pela estimativa do governo para o INPC. Esse formato já foi adotado neste ano, quando a área econômica concedeu reajuste somente com base na inflação do ano passado.

Com isso, o governo mudou a política de aumentos reais (acima da inflação) que vinha sendo implementada nos últimos anos, proposta pela presidente Dilma Rousseff e aprovada pelo Congresso.

A política de reajustes pela inflação e variação do Produto Interno Bruto (PIB) vigorou entre 2011 e 2019, mas nem sempre o **salário** mínimo subiu acima da inflação.

Em 2017 e 2018, por exemplo, foi concedido o reajuste somente com base na inflação porque o PIB dos anos anteriores (2015 e 2016) teve retração. Por isso, para cumprir a fórmula proposta, somente a inflação serviu de base para o aumento.

Impacto nas contas públicas

Ao conceder um reajuste menor para o **salário** mínimo, o governo federal também gasta menos. Isso porque os benefícios previdenciários não podem ser menores que o valor do mínimo.

De acordo com cálculos do governo, o aumento de cada R\$ 1 no **salário** mínimo implica despesa extra em 2020 de aproximadamente R\$ 355 milhões.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN -
ECONOMIA

Defesa, Cidadania, Comunicações e Educação terão aumento nas despesas em 2021



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Os ministérios das Comunicações, da Defesa, da Cidadania e da Educação terão um reforço em seu Orçamento em 2021, segundo a proposta enviada nesta segunda-feira, 31, pelo presidente Jair Bolsonaro ao Congresso Nacional. Já as pastas da Infraestrutura e do Desenvolvimento Regional terão queda nos gastos totais, embora suas despesas discricionárias devam subir no ano que vem. O Ministério do Meio Ambiente também terá corte no Orçamento.

O Ministério da Defesa terá R\$ 1,5 bilhão a mais do que no Orçamento aprovado para 2020. Os gastos da pasta devem somar R\$ 116,127 bilhões no ano que vem.

Nas Comunicações, pasta recriada este ano por Bolsonaro, o gasto previsto para 2021 é de R\$ 4,053 bilhões - R\$ 2,681 bilhões a mais do que o autorizado neste ano.

Na Educação, a despesa total será de R\$ 144,538 bilhões, contra R\$ 142,107 bilhões previstos este ano.

Já o Ministério do Desenvolvimento Regional terá corte nas despesas totais, de R\$ 33,217 bilhões previstos em 2020 para R\$ 24,171 bilhões no ano que vem. Apesar disso, as despesas discricionárias, que incluem os investimentos, subiram de R\$ 4 409 bilhões para R\$ 6,250 bilhões.

O ministro do Desenvolvimento Regional, Rogério Marinho, é um dos principais defensores do Plano Pró-Brasil de investimentos públicos, sob a justificativa de impulsionar a retomada da **economia** no pós-pandemia.

O mesmo movimento é observado na Infraestrutura, que teve redução na despesa total de R\$ 28,44 bilhões em 2020 para R\$ 24 660 bilhões em 2021, mas com aumento nas discricionárias de R\$ 7 036 bilhões para R\$ 8,176 bilhões.

O Ministério do Meio Ambiente deve ter um corte de R\$ 3,085 bilhões no Orçamento autorizado para este ano para R\$ 2,944 bilhões da proposta de 2021.

Os gastos discricionários totais ficarão em R\$ 92,052 bilhões, o equivalente a apenas 6,3% do Orçamento de 2021.

Cidadania

Em meio às discussões para lançar o programa Renda Brasil, que substituirá o Bolsa Família e será a marca social do governo Jair Bolsonaro, o Ministério da Cidadania ganhou um reforço de R\$ 7,836 bilhões em seu Orçamento para 2021. A proposta foi apresentada nesta segunda-feira pelo Ministério da **Economia**.

A Cidadania é hoje a pasta responsável pelo Bolsa Família. O documento, porém, não traz detalhes de quais ações serão contempladas pelo aumento da dotação orçamentária.

O Orçamento da Cidadania neste ano (sem contabilizar

o gasto extraordinário do auxílio emergencial) é de R\$ 96,446 bilhões, valor que passou a R\$ 104,282 bilhões em 2021, segundo o Projeto de Lei Orçamentária (PLOA).

Estadão Conteúdo

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN -
ECONOMIA

Salário mínimo deve ficar em R\$ 1.067 em 2021, menor que o previsto na LDO



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

A queda da inflação fez o governo reduzir o reajuste do **salário** mínimo para o próximo ano. Segundo o projeto do Orçamento de 2021, enviado hoje (31) ao Congresso, o mínimo subirá para R\$ 1.067 em 2021.

O projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2021, enviado em abril, fixava o **salário** mínimo em R\$ 1.075 para o próximo ano. O valor, no entanto, pode ser revisto na proposta de Orçamento da União dependendo da evolução dos parâmetros econômicos.

Segundo o Ministério da **Economia**, a queda da inflação decorrente da retração da atividade econômica impactou o reajuste do mínimo.

Em abril, a pasta estimava que o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) encerraria 2020 em 3,19%. No projeto do Orçamento, a estimativa foi revisada para 2,09%.

A regra de reajuste do **salário** mínimo que estabelecia a correção do INPC do ano anterior mais a variação do

Produto Interno Bruto (PIB, soma dos bens e serviços produzidos) de dois anos antes perdeu a validade em 2019.

O **salário** mínimo agora é corrigido apenas pelo INPC, considerando o princípio da Constituição de preservação do poder de compra do mínimo.

PIB

O projeto do Orçamento também reduziu as estimativas de crescimento econômico para o próximo ano na comparação com os parâmetros da LDO.

A projeção de crescimento do PIB passou de 3,3% para 3,2% em 2021. A previsão para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), usado como índice oficial de inflação, caiu de 3,65% para 3,24%.

Outros parâmetros foram revisados. Por causa da queda da Selic (**juros** básicos da **economia**), a proposta do Orçamento prevê que a taxa encerrará 2021 em 2,13% ao ano, contra projeção de 4,33% ao ano que constava na LDO. O dólar médio chegará a R\$ 5,11 em 2021, contra estimativa de R\$ 4,29 da LDO.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Número de beneficiários do Bolsa Família deve aumentar em 2 milhões em 2021



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Rodrigo Freire

Foto: reprodução

O número de famílias que recebem o Bolsa Família deve aumentar em dois milhões em 2021, informou o secretário de Orçamento Federal do Ministério da **Economia**, George Soares. Segundo ele, o governo estimou no orçamento de 2020 que 13,2 milhões de famílias receberiam o benefício e em 2021 o número chegará a 15,2 milhões.

Para pagar esses benefícios no próximo ano, o governo espera gastar R\$ 34,8 bilhões. Esse valor representa um crescimento de 18,4% em relação aos R\$ 29,4 bilhões destinados para o programa em 2020.

Soares também afirmou que não está previsto no PLOA (Projeto de Lei Orçamentária Anual) despesas com a criação do programa Renda Brasil, que deve substituir o Bolsa Família.

Entretanto, o secretário especial de Fazenda do Ministério da **Economia**, Waldery Rodrigues, declarou que esse aumento no orçamento do Bolsa Família pode ajudar na criação do novo programa social. Ele disse que os detalhes sobre o Renda Brasil serão divulgados quando o programa estiver fechado. 'O fato de o Bolsa Família estar com um valor maior ajuda na criação do Renda Brasil', disse Rodrigues.

Ministros buscam marca social para Bolsonaro

Como antecipou o UOL, na busca por criar uma marca social para o presidente Jair Bolsonaro (sem partido), o governo planeja dividir o programa Renda Brasil em quatro subprogramas. Em um deles, que deve se chamar Primeira Infância, a ideia é oferecer um benefício para que as mães de bebês a partir de seis meses e de crianças com até três anos possam matricular os filhos em creches particulares.

Em outro eixo, o Bolsa Família deve mudar de nome para Renda Cidadã e ser unificado com o abono salarial, o seguro-defeso e o **salário**-família. A medida, entretanto, depende de aprovação do Congresso.

Para famílias com crianças e adolescentes matriculados no ensino fundamental e médio, o governo deve criar o subprograma Incentivo ao Mérito, em que os melhores alunos e atletas recebem premiações em dinheiro pelos bons resultados. Os critérios e os valores para essas premiações ainda estão em estudo.

Cursos para reforço de português e matemática

Por último, deve ser criado o subprograma Emancipação Cidadã. Nessa etapa, serão ofertados cursos de capacitação para que os beneficiários aprendam um ofício e recebam um reforço de português e matemática.

Com o Renda Brasil dividido em quatro subprogramas, o

governo espera criar condições para que famílias de baixa renda possam sair da pobreza e ingressar no **mercado** formal de trabalho.

A ideia do governo é que famílias que deixarem o programa de maneira voluntária depois do aumento de renda possam ter prioridade para voltar a receber o benefício se enfrentarem problemas. Os critérios para que isso ocorra também estão em definição pelos técnicos.

UOL

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN -
ECONOMIA

Governo REDUZ de R\$ 1.079 a R\$ 1.067 previsão de salário mínimo para 2021



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Unknown

O governo reduziu sua proposta para o **salário** mínimo de 2021 para R\$ 1.067, de R\$ 1.079 previstos em abril, no projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO).

A mudança consta no projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA), enviado pelo Ministério da **Economia** ao Congresso nesta segunda-feira, 31, data final do prazo, e ainda depende de aval dos parlamentares.

O governo Bolsonaro já não vinha dando aumento real (acima da inflação) ao piso. Apesar de não reconhecer que mudou a política do **salário** mínimo, a equipe econômica adotou a postura diante da necessidade de preservar o reajuste fiscal. Isso foi antes de chegar a pandemia.

Agora, a possibilidade de um aumento acima da inflação não está nem mesmo sendo considerada pela maioria dos parlamentares, que têm assuntos mais urgentes na frente, como os relacionados ao socorro federal a

população, estados e empresas.

A regra de reajustes reais no **salário** mínimo, calculados pelo INPC mais a variação do PIB de dois anos antes, foi criada pelo governo Lula, virou lei em 2012 no governo Dilma e expirou em 2019.

Neste período, não houve alta real do mínimo em apenas dois anos: 2017 e 2018, pois foram os anos cujo cálculo tomou como referência os anos de recessão: 2015 e 2016.

Orçamento mais apertado

Em suas previsões, a equipe técnica também elevou o rombo primário previsto para o governo central em 2021 a R\$ 233,6 bilhões, ante o resultado negativo em R\$ 149,61 bilhões fixado em abril. Este ano será o oitavo consecutivo de déficit primário para o país.

Também houve queda na previsão de receitas de abril para cá. A perspectiva agora é de R\$ 1,283 trilhão, queda de R\$ 97,3 bilhões de reais no período. Já as despesas para o ano que vem foram estimadas em R\$ 1,517 trilhão, recuo de R\$ 13,3 bilhões na mesma base de comparação.

Quadro parcial

A tarefa de formular o plano de gastos e despesas para o ano seguinte é especialmente desafiadora desta vez, pois exige que a equipe técnica encontre brechas orçamentárias para atender a demandas sociais e econômicas que se tornaram mais urgentes na pandemia, mas sem perder o tom do ajuste fiscal, caro ao ministro da **Economia**, Paulo Guedes.

Um projeto em especial tem gerado mais incertezas sobre o que esperar desse processo, o Renda Brasil, plano permanente de renda básica cotado para ser substituto mais amplo do Bolsa Família, e uma das

principais apostas econômicas e políticas do presidente Jair Bolsonaro para o período pós-pandemia.

Do jeito que está hoje, o projeto não caberia no teto de gastos (lei de 2017 para impedir o aumento dos gastos obrigatórios acima da inflação) do ano que vem. Ao menos que as despesas obrigatórias, com as quais o Orçamento está quase 95% comprometido, sejam reduzidas.

O plano do governo é ir por esse caminho, que tem grandes chances de encontrar ares promissores no Congresso agora. Mas, antes, precisa haver um consenso sobre o desenho do programa de renda e as contrapartidas orçamentárias para viabilizá-lo.

Diante da falta de concordância nesse sentido, sua inclusão no plano para o ano que vem deve ser feita com o auxílio dos parlamentares, ao longo das discussões dos próximos meses na Comissão Mista Orçamentária (CMO).

Exame, Abril

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Governo reduz de R\$ 1.079 para R\$ 1.067 proposta para o salário mínimo em 2021



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Júlio Rocha

Reprodução

O governo propôs um **salário** mínimo de R\$ 1.067 a partir de janeiro de 2021, com pagamento a partir de fevereiro.

O valor consta do projeto da lei orçamentária do ano que vem encaminhado ao Congresso Nacional nesta segunda-feira (31) pelo Ministério da **Economia**.

O valor proposto pelo governo - que depende de aprovação do Congresso - representa um aumento de R\$ 22 em relação ao **salário** mínimo atual, de R\$ 1.045.

Também equivale a uma redução de R\$ 12 na comparação com os R\$ 1.079,00 propostos em abril deste ano para 2021.

A explicação para essa queda tem a ver com o fato de o governo prever um aumento somente com base na

inflação de 2020.

Como a previsão para a inflação deste ano recuou, o **salário** mínimo também terá um reajuste menor.

Em abril, o governo previa que o INPC teria uma alta de 3,27% em 2020, valor que caiu para 2,09% em julho.

A Constituição determina que o **salário** mínimo tem de ser corrigido, ao menos, pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) do ano anterior.

O valor para o **salário** mínimo de 2021 pode sofrer nova alteração, com base no comportamento da inflação.

G1

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Governo estima alta do PIB em 3,2% em 2021 e rombo de R\$ 573 bilhões até 2023



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Rodrigo Freire

Imagem: reprodução

Depois de um tomo previsto para a **economia** neste ano por causa da pandemia do coronavírus, o governo federal projeta um retorno do crescimento econômico em 2021. Segundo estimativa que consta da proposta de Orçamento do próximo ano, encaminhada ao Legislativo nesta segunda-feira, 31, o Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro deverá ter uma alta de 3,2% em 2021.

O número está próximo ao que foi projetado pelo governo em abril, quando previa uma alta de 3,3% para o PIB em 2021, e também em julho deste ano (3,2%).

O governo federal propôs um **salário** mínimo de R\$ 1.067 para 2021, segundo a proposta de Orçamento do ano que vem apresentada nesta segunda-feira, 31, pela equipe econômica. O valor representa um aumento de R\$ 22 em relação ao **salário** mínimo atual, de R\$ 1.045.

O reajuste, se aprovado pelo Congresso, começará a valer em janeiro de 2021, com pagamento a partir de fevereiro.

Rombo nas contas até 2023

Após um rombo de quase R\$ 800 bilhões neste ano devido aos gastos de combate à covid-19, a equipe econômica encaminhou ao Congresso Nacional uma proposta orçamentária que prevê mais uma sucessão de déficits entre 2021 e 2023 que, somados, representarão um buraco de R\$ 572,9 bilhões.

No ano que vem, o governo prevê déficit de R\$ 233,6 bilhões nas contas do governo central, que reúne Tesouro Nacional, INSS e Banco Central. Em 2022, a projeção é de resultado negativo em R\$ 185,5 bilhões. Em 2023, o rombo será de R\$ 153,8 bilhões.

Segundo o Ministério da **Economia**, os cálculos foram feitos de acordo com 'premissas conservadoras de déficits persistentes, porém cadentes, devido ao teto de gastos'.

A equipe econômica tem reforçado que ainda há muitas incertezas em relação à reação da arrecadação na retomada após a crise provocada pela pandemia. Por isso, tem usado o teto de gastos (mecanismo que limita o avanço das despesas à inflação) como uma espécie de 'superâncora'.

A meta fiscal, que é a diferença entre as despesas e receitas, acaba sendo fruto da arrecadação. A meta vai flutuar conforme as receitas, enquanto a despesa é dada pelo teto. 'Os gastos primários são estabelecidos pelo teto de gastos que funciona como âncora da política fiscal de médio prazo', diz a **Economia**.

O governo reforçou que os gastos da pandemia ficarão restritos a 2020. 'Com reformas implementadas -

tributária e administrativa - **economia** pode responder com ganhos de produtividade. Com maior crescimento haverá aumento da receita primária. Os ganhos de arrecadação se reverterão para redução dos déficits primários estimados', afirma a pasta.

As previsões de resultado para o setor público consolidado são todas negativas, com rombos de R\$ 237,3 bilhões em 2021, R\$ 184,4 bilhões em 2022 e R\$ 152,6 bilhões em 2023. As contas do setor público incluem o governo central, estatais e Estados e municípios.

No caso das estatais federais, os cálculos apontam para déficits de R\$ 4,0 bilhões em 2021, R\$ 4,2 bilhões em 2022 e R\$ 4,5 bilhões em 2023. Já Estados e municípios devem ter superávit de R\$ 0,2 bilhão em 2021, R\$ 5,3 bilhões em 2022 e de R\$ 5,7 bilhões em 2023.

Estadão Conteúdo

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Orçamento de 2021 não terá contingenciamento, diz secretário



ECONOMIA

[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Blog do Seridó

A revisão automática das metas fiscais para o próximo ano impedirá que o Orçamento de 2021 sofra contingenciamentos (bloqueios) de verbas, disse hoje (31) o secretário especial de Fazenda do Ministério da **Economia**, Waldery Rodrigues. Segundo ele, isso será possível porque as metas de déficit primário para o próximo ano passarão a ser alteradas automaticamente toda vez em que o governo revisar a estimativa de arrecadação.

A revisão automática das metas fiscais consta do projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) de 2021, que ainda está sob análise do Congresso. O projeto da Lei Orçamentária Anual (PLOA) para o próximo ano, enviado hoje ao Congresso, prevê que o déficit primário (resultado negativo nas contas do governo sem os **juros** da dívida pública), chegará a R\$ 233,6 bilhões em 2021, mas a meta será ajustada de dois em dois meses, conforme a evolução das receitas do governo.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN -

Comissão do coronavírus debate soluções para recuperação do setor turístico no RN



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: willana

A Comissão de Acompanhamento e Fiscalização das Ações Governamentais para enfrentamento e combate à Covid-19, da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte, recebeu, na reunião desta segunda-feira (31), por Sistema de Deliberação Remota (SDR), o empresário Habib Chalita, que falou do impacto da pandemia nas relações empresariais, especialmente no setor turístico do estado.

De acordo com o empresário, logo no início, quando a pandemia se alastrou pelo RN, os estabelecimentos do setor de alimentação e hospedagem foram imediatamente fechados e passaram por momentos totalmente parados, por consequência da situação do isolamento, 'que foi, sem dúvida, fundamental no princípio da pandemia', disse.

'Os números do impacto desse fechamento começaram a aparecer. Hoje devemos ter cerca de 40 mil desempregados, que envolvem o setor de alimentação

e hospedagem. A grande dificuldade que temos é, ainda, a situação referente a linhas de créditos para que o pequeno e micro empreendedor possam reabrir os seus negócios. Por isso, é importante que o estado colabore', explicou o convidado. Ele enfatizou a necessidade de que os empreendimentos trabalhem com segurança, com sanitização e cumprindo os protocolos.

O deputado Francisco do PT (PT) destacou que não é uma situação fácil para ninguém, nem para governo, muito menos para a iniciativa privada. 'Ao ouvir sua fala, percebo que você aborda toda a preocupação dos impactos que teve o setor, mas ao mesmo tempo você tem uma visão de preocupação com a vida das pessoas, porque sem vida não há **economia**', falou a parlamentar, que, em seguida, indagou o convidado a respeito de se está havendo diálogo do setor com os governos estadual e federal, nesse momento, e que contemple soluções para o durante e o pós-pandemia.

Habib Chalita respondeu ao deputado Francisco do PT (PT) que foi aberto um grupo de trabalho entre o governo estadual e o setor produtivo de imediato, quando começou a situação pandemia. 'Participamos e passamos diretamente para o governo estadual quais eram os gargalos e as dificuldades que estávamos enfrentando. Com relação ao governo federal, houve decretos e medidas financeiras, mas também existiram gargalos para se ter acesso a essas linhas de crédito. Com o passar do tempo, essas questões foram sendo facilitadas', justificou.

'Hoje, o setor de turismo terá a recuperação mais lenta de todas, sobretudo porque precisamos fazer com que a malha aérea do RN possa funcionar. O importante é que possamos dar as mãos, para que possamos superar esses obstáculos', complementou o empresário.

O deputado estadual Getulio Rêgo (DEM) questionou o empresário Habib Chalita se haveria alguma pauta

específica, a nível local, do ponto de vista de **tributos**, agência do fomento, para formular ao governo do estado nesse momento.

O convidado informou que está havendo o acesso de créditos aos pequenos e micros empreendedores, mas alguns não conseguem ainda porque precisam se regularizar para concluir cadastro, já que são, geralmente, trabalhadores informais. 'Eu ainda estou aguardando um retorno com relação à situação desses cadastros', falou.

O deputado Tomba Farias (PSDB) lembrou que o turismo e a cultura foram os setores mais atingidos com essa pandemia. E opinou que acredita que o governo federal, desse ponto de vista, está fazendo a parte dele de ajudar a esses setores. E, então, perguntou ao empresário se ele poderia mensurar um montante de recursos que seriam necessários para recuperação do setor turístico no Rio Grande do Norte. Habib Chalita respondeu que a previsão é que em outubro se possa ter um número exato do impacto da pandemia no setor.

O parlamentar que preside a Comissão do coronavírus, Kelps Lima (SDD), por sua vez, chamou atenção para a falta de inovação dos empreendedores para se adaptarem aos novos tempos. 'Acredito que as relações sociais, de consumo e empresariais já sofreram transformações profundas e que muitas não voltarão ao estado anterior. Uma das minhas preocupações é que vejo muita gente olhando para o passado e não olhando para o futuro, sem fazer, portanto, leituras modernas dos processos. Eu sinto falta de criatividade. Uma das medidas nesse instante, por exemplo, seria o governo do estado investir a verba da comunicação na reativação da **economia** do RN, na ativação do turismo regional. Se o turista de São Paulo não vem ao Rio Grande do Norte, o turista de Santana do Matos pode vir a Natal. O turismo interno é o mais seguro', falou.

Com relação à verba da comunicação do governo do estado, Habib Chalita informou que foi feito um levantamento de que o turista que vai vir para o RN, no período imediato pós-pandemia, não virá de avião, mas de carro. 'Solicitamos ao governo estadual que fizesse

uma mídia voltada para os entornos, para os Estados vizinhos, para que possam vir para cá. Nós sabemos que essas cidades estão à procura de fazer turismo. O RN conseguiu tirar o selo de turismo seguro, então até o final de 2020 é fazer uma divulgação nesse sentido. O setor privado está se responsabilizando por toda a sanitização nesse momento', concluiu.

O deputado Kelps Lima (SDD) informou que fará um requerimento nesse sentido, para direcionar a verba de comunicação do estado para o setor turístico.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

ALRN: Comissão do coronavírus debate soluções para recuperação do setor turístico



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Tatiana Alcantara

Foto: Reprodução/ALRN

A Comissão de Acompanhamento e Fiscalização das Ações Governamentais para enfrentamento e combate à COVID-19, da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte, recebeu, na reunião desta segunda-feira (31), por Sistema de Deliberação Remota (SDR), o empresário Habib Chalita, que falou do impacto da pandemia nas relações empresariais, especialmente no setor turístico do estado.

De acordo com o empresário, logo no início, quando a pandemia se alastrou pelo RN, os estabelecimentos do setor de alimentação e hospedagem foram imediatamente fechados e passaram por momentos totalmente parados, por consequência da situação do isolamento, 'que foi, sem dúvida, fundamental no princípio da pandemia', disse.

'Os números do impacto desse fechamento começaram

a aparecer. Hoje devemos ter cerca de 40 mil desempregados, que envolvem o setor de alimentação e hospedagem. A grande dificuldade que temos é, ainda, a situação referente a linhas de créditos para que o pequeno e micro empreendedor possam reabrir os seus negócios. Por isso, é importante que o estado colabore', explicou o convidado. Ele enfatizou a necessidade de que os empreendimentos trabalhem com segurança, com sanitização e cumprindo os protocolos.

O deputado Francisco do PT (PT) destacou que não é uma situação fácil para ninguém, nem para governo, muito menos para a iniciativa privada. 'Ao ouvir sua fala, percebo que você aborda toda a preocupação dos impactos que teve o setor, mas ao mesmo tempo você tem uma visão de preocupação com a vida das pessoas, porque sem vida não há **economia**', falou a parlamentar, que, em seguida, indagou o convidado a respeito de se está havendo diálogo do setor com os governos estadual e federal, nesse momento, e que contemple soluções para o durante e o pós-pandemia.

Habib Chalita respondeu ao deputado Francisco do PT (PT) que foi aberto um grupo de trabalho entre o governo estadual e o setor produtivo de imediato, quando começou a situação pandemia. 'Participamos e passamos diretamente para o governo estadual quais eram os gargalos e as dificuldades que estávamos enfrentando. Com relação ao governo federal, houve decretos e medidas financeiras, mas também existiram gargalos para se ter acesso a essas linhas de crédito. Com o passar do tempo, essas questões foram sendo facilitadas', justificou.

'Hoje, o setor de turismo terá a recuperação mais lenta de todas, sobretudo porque precisamos fazer com que a malha aérea do RN possa funcionar. O importante é que possamos dar as mãos, para que possamos superar esses obstáculos', complementou o empresário.

O deputado estadual Getulio Rêgo (DEM) questionou o empresário Habib Chalita se haveria alguma pauta específica, a nível local, do ponto de vista de **tributos**, agência do fomento, para formular ao governo do estado nesse momento.

O convidado informou que está havendo o acesso de créditos aos pequenos e micros empreendedores, mas alguns não conseguem ainda porque precisam se regularizar para concluir cadastro, já que são, geralmente, trabalhadores informais. 'Eu ainda estou aguardando um retorno com relação à situação desses cadastros', falou.

O deputado Tomba Farias (PSDB) lembrou que o turismo e a cultura foram os setores mais atingidos com essa pandemia. E opinou que acredita que o governo federal, desse ponto de vista, está fazendo a parte dele de ajudar a esses setores. E, então, perguntou ao empresário se ele poderia mensurar um montante de recursos que seriam necessários para recuperação do setor turístico no Rio Grande do Norte. Habib Chalita respondeu que a previsão é que em outubro se possa ter um número exato do impacto da pandemia no setor.

O parlamentar que preside a Comissão do coronavírus, Kelps Lima (SDD), por sua vez, chamou atenção para a falta de inovação dos empreendedores para se adaptarem aos novos tempos. 'Acredito que as relações sociais, de consumo e empresariais já sofreram transformações profundas e que muitas não voltarão ao estado anterior. Uma das minhas preocupações é que vejo muita gente olhando para o passado e não olhando para o futuro, sem fazer, portanto, leituras modernas dos processos. Eu sinto falta de criatividade. Uma das medidas nesse instante, por exemplo, seria o governo do estado investir a verba da comunicação na reativação da **economia** do RN, na ativação do turismo regional. Se o turista de São Paulo não vem ao Rio Grande do Norte, o turista de Santana do Matos pode vir a Natal. O turismo interno é o mais seguro', falou.

Com relação à verba da comunicação do governo do estado, Habib Chalita informou que foi feito um levantamento de que o turista que vai vir para o RN, no

período imediato pós-pandemia, não virá de avião, mas de carro.

'Solicitamos ao governo estadual que fizesse uma mídia voltada para os entornos, para os Estados vizinhos, para que possam vir para cá. Nós sabemos que essas cidades estão à procura de fazer turismo. O RN conseguiu tirar o selo de turismo seguro, então até o final de 2020 é fazer uma divulgação nesse sentido. O setor privado está se responsabilizando por toda a sanitização nesse momento', concluiu.

O deputado Kelps Lima (SDD) informou que fará um requerimento nesse sentido, para direcionar a verba de comunicação do estado para o setor turístico.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Orçamento de 2021 não terá contingenciamento, diz secretário



Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Suébster Neri

A revisão automática das metas fiscais para o próximo ano impedirá que o Orçamento de 2021 sofra contingenciamentos (bloqueios) de verbas, disse hoje (31) o secretário especial de Fazenda do Ministério da **Economia**, Waldery Rodrigues. Segundo ele, isso será possível porque as metas de déficit primário para o próximo ano passarão a ser alteradas automaticamente toda vez em que o governo revisar a estimativa de arrecadação.

A revisão automática das metas fiscais consta do projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) de 2021, que ainda está sob análise do Congresso. O projeto da Lei Orçamentária Anual (PLOA) para o próximo ano, enviado hoje ao Congresso, prevê que o déficit primário (resultado negativo nas contas do governo sem os **juros** da dívida pública), chegará a R\$ 233,6 bilhões em 2021, mas a meta será ajustada de dois em dois meses, conforme a evolução das receitas do governo.

Aumento da liquidez na Bolsa: VVAR3 negocia mais que PETR4



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Rafael Nicácio

A Bolsa tem atraído cada vez mais investidores pessoas físicas. No período da pandemia, mais de 900 mil novos CPFs ingressaram no **mercado** e, hoje, já superam 2,8 milhões. O avanço no número de investidores foi de quase 130% em um ano.

Entre os fatores que justificam esse grande fluxo estão a taxa de **juros** da **economia** em patamar mais baixo, a queda nos retornos da renda fixa, a maior disponibilidade de conteúdo de educação financeira, discussões nas redes sociais, além do fácil acesso às plataformas de negociações.

E nesse cenário, as ações e outros ativos como fundos imobiliários (FIIs), fundos de ações e ETFs ganharam mais importância na composição dos portfólios com estratégias diversificadas a fim de obter maiores ganhos.

O fato é que o aumento do fluxo de investidores na Bolsa e em fundos de ações tem contribuído para o aumento da liquidez, isto é, a facilidade e a velocidade

para comprar ou vender ações.

Para se ter uma ideia o volume financeiro médio diário negociado na B3 cresceu cerca de seis vezes em cinco anos, saindo do patamar de R\$ 5 bilhões para mais de R\$ 30 bilhões.

Evolução do volume médio negociado na B3 Liquidez: não somente das blue chips

Se em 2015, o volume diário no **mercado** acionário era no total de R\$ 5 bilhões, hoje, há ações de várias empresas que individualmente chegam a negociar entre R\$ 1 bi a R\$ 2 bi, ou seja, representam sozinhas entre 20% a 40% de tudo o que girava na Bolsa cinco anos atrás.

Historicamente, a liquidez é uma característica ligada às ações de empresas tradicionais, as chamadas blue chips - por exemplo, a Petrobras (PETR4), a Vale (VALE3) e as ações dos grandes bancos, porém, atualmente, além delas, diversas outras companhias passaram a ser bastante negociadas.

Por exemplo, o giro financeiro diário da Via Varejo (VVAR3), dona das redes Casas Bahia e Ponto Frio, ultrapassou R\$ 2 bilhões no final julho deste ano, ficando acima do volume de R\$ 1,6 bilhão da Vale, de R\$ 1,3 bi da Petro e de R\$ 870 milhões do Itaú (ITUB4).

Em cinco anos, o volume médio negociado da WEG (WEGE3), empresa especializada na fabricação e comercialização de motores elétricos, soluções e tecnologias de energia fotovoltaica, saltou 26,6 vezes para R\$ 427 milhões (registrados no início de agosto de 2020).

Evolução do volume médio negociado na B3 comparado com algumas ações Mas, o que o aumento de liquidez na Bolsa significa?

Em primeiro lugar, a facilidade de as empresas realizarem novas captações ou abrirem seu capital

através dos IPOs, ou seja, mais investimentos injetados no setor produtivo.

Um **mercado** de ações ativo, funcionando bem e líquido permite que as companhias financiem a expansão das suas atividades, seus projetos, pesquisas e inovações, de forma competitiva, sem depender exclusivamente de bancos ou de linhas do governo.

Para os investidores, a maior liquidez na Bolsa significa maior possibilidade de diversificação dos investimentos e flexibilidade para promover mudanças nas carteiras ao longo do tempo.

E os investidores podem escolher diversas formas de obter ganhos. Entre as estratégias que podem ser adotadas, podemos elencar os investimentos de longo prazo, os investimentos buscando ganhos com carteiras mensais, day trader, as opções e as ações a termo.

Por sua vez, vemos o aumento dos investimentos em fundos de ações. Não muito tempo atrás, no período da maior recessão do país entre 2015 e 2016, os fundos de ações chegaram a representar somente 5% do total da patrimônio da indústria de fundos. Hoje, já têm uma participação de 9% e o potencial de crescimento ainda é enorme. Existem fundos bem diversificados, com variadas estratégias e técnicas de gestão, justamente porque há um número maior de ações de qualidade com maiores volumes negociados.

Diante do aumento do maior giro dos papéis negociados na Bolsa, é possível que os fundos passem também a rever suas políticas de resgate, diminuindo os prazos, por exemplo, de D+90 para D+60 ou de D+60 para D+30. Portanto, a tendência é que os fundos ofereçam cada vez mais produtos diferenciados e alternativas de mais liquidez aos cotistas.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Sem Renda Brasil, Orçamento eleva em 18% verba do Bolsa Família



Na semana passada, o presidente Jair Bolsonaro tinha anunciado que a criação do Renda Brasil estava suspensa porque não aceitaria eliminar, em troca, o abono salarial, espécie de 14º **salário** pago aos trabalhadores com carteira assinada que recebem até dois salários mínimos. Nas últimas semanas, a equipe econômica e o Palácio do Planalto têm discutido a fonte de recursos para financiar o novo programa social.

Educação

O Orçamento do próximo ano manterá os gastos do Ministério da Educação superiores aos do Ministério da Defesa. Pelo texto enviado ao Congresso, a Educação terá verba total de R\$ 144,538 bilhões, contra dotação de R\$ 116,127 bilhões para a Defesa. Nos dois casos, os valores cresceram em relação a 2020.

[Clique aqui para abrir a imagem](#)

A proposta do Orçamento de 2021, enviada hoje (31) ao Congresso, não terá recursos para o programa Renda Brasil, novo programa de transferência de renda em estudo pelo governo, mas elevará em 18,22% a dotação para o Bolsa Família. Segundo o texto, a verba para o Bolsa Família passará de R\$ 29,485 bilhões em 2020 para R\$ 34,858 em 2021.

O orçamento do Ministério da Educação aumentou R\$ 1,702 bilhão. A verba da Defesa foi elevada em R\$ 1,178 bilhão. Ao considerar apenas as despesas discricionárias (não obrigatórias), importantes para a manutenção de serviços públicos, a Defesa ganhou mais. A dotação aumentou R\$ 928 milhões na pasta e a da Educação subiu R\$ 276 milhões.

De acordo com o secretário de Orçamento Federal, George Soares, o aumento deve-se à expectativa da adesão de famílias ao programa social depois da pandemia do novo coronavírus. A equipe econômica estima que, no próximo ano, 15,2 milhões de famílias se enquadrarão nos critérios para receber o benefício, contra 13,2 milhões em 2020.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Segundo o secretário especial de Fazenda do Ministério da **Economia**, Waldery Rodrigues, o Renda Brasil continua a ser discutido dentro do governo e será anunciado 'no momento certo'. O futuro programa, que pretende pagar benefícios a parte dos trabalhadores informais que hoje recebem o auxílio emergencial, poderá ser incluído no Orçamento de 2021 por meio de uma emenda no Congresso.

Governo estima alta do PIB em 3,2% em 2021 e rombo de R\$ 573 bilhões até 2023



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Depois de um tombo previsto para a **economia** neste ano por causa da pandemia do coronavírus, o governo federal projeta um retorno do crescimento econômico em 2021.

Segundo estimativa que consta da proposta de Orçamento do próximo ano, encaminhada ao Legislativo nesta segunda-feira (31), o Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro deverá ter uma alta de 3,2% em 2021.

O número está próximo ao que foi projetado pelo governo em abril, quando previa uma alta de 3,3% para o PIB em 2021, e também em julho deste ano (3,2%).

Para o **mercado** financeiro, o crescimento da **economia** será de 3,5% no próximo ano.

Rombo nas contas até 2023

Após um rombo de quase R\$ 800 bilhões neste ano devido aos gastos de combate à covid-19, a equipe econômica encaminhou ao Congresso Nacional uma

proposta orçamentária que prevê mais uma sucessão de déficits entre 2021 e 2023 que, somados, representarão um buraco de R\$ 572,9 bilhões.

No ano que vem, o governo prevê déficit de R\$ 233,6 bilhões nas contas do governo central, que reúne Tesouro Nacional, INSS e Banco Central. Em 2022, a projeção é de resultado negativo em R\$ 185,5 bilhões. Em 2023, o rombo será de R\$ 153,8 bilhões.

Segundo o Ministério da **Economia**, os cálculos foram feitos de acordo com 'premissas conservadoras de déficits persistentes, porém cadentes, devido ao teto de gastos'.

A equipe econômica tem reforçado que ainda há muitas incertezas em relação à reação da arrecadação na retomada após a crise provocada pela pandemia. Por isso, tem usado o teto de gastos (mecanismo que limita o avanço das despesas à inflação) como uma espécie de 'superâncora'.

A meta fiscal, que é a diferença entre as despesas e receitas, acaba sendo fruto da arrecadação. A meta vai flutuar conforme as receitas, enquanto a despesa é dada pelo teto. 'Os gastos primários são estabelecidos pelo teto de gastos que funciona como âncora da política fiscal de médio prazo', diz a **Economia**.

O governo reforçou que os gastos da pandemia ficarão restritos a 2020. 'Com reformas implementadas - tributária e administrativa - **economia** pode responder com ganhos de produtividade. Com maior crescimento haverá aumento da receita primária. Os ganhos de arrecadação se reverterão para redução dos déficits primários estimados', afirma a pasta.

As previsões de resultado para o setor público consolidado são todas negativas, com rombos de R\$ 237,3 bilhões em 2021, R\$ 184,4 bilhões em 2022 e R\$ 152,6 bilhões em 2023. As contas do setor público

incluem o governo central, estatais e Estados e municípios.

No caso das estatais federais, os cálculos apontam para déficits de R\$ 4,0 bilhões em 2021, R\$ 4,2 bilhões em 2022 e R\$ 4,5 bilhões em 2023. Já Estados e municípios devem ter superávit de R\$ 0,2 bilhão em 2021, R\$ 5,3 bilhões em 2022 e de R\$ 5,7 bilhões em 2023.

Autorização do Congresso para pagar salários e Previdência

O texto ainda prevê uma insuficiência de R\$ 453,715 bilhões para o cumprimento da regra de ouro no próximo ano. A norma proíbe o governo de se financiar para bancar gastos correntes, como salários. Esse é o valor de despesas previstas na peça orçamentária que estão condicionadas à aprovação de um novo crédito suplementar pelo Congresso Nacional em 2021.

O secretário especial de Fazenda do Ministério da **Economia**, Waldery Rodrigues, destacou que 30% do Orçamento de 2021 estão condicionados à aprovação de um crédito suplementar pelo Congresso Nacional no próximo ano.

'Esse é o terceiro ano em que a regra de ouro fica condicionada à aprovação de um crédito suplementar pelo Congresso, e esses números têm sido crescentes. Isso era esperado, mas não desejado, e decorre da sequência de déficits primários e da rigidez orçamentária (parcela muito grande de gastos obrigatórios, como Previdência e salários)', afirmou. 'Isso mostra a necessidade de aprovarmos reformas no orçamento', completou.

Entre as despesas condicionadas à aprovação de crédito suplementar em 2021 estão R\$ 272,153 bilhões em benefícios da Previdência, R\$ 119,233 bilhões em gastos com pessoal, R\$ 15,114 bilhões em sentenças de custeio e capital e ainda R\$ 14,291 bilhões da complementação da União no Fundeb. O Orçamento ainda condiciona R\$ 21,025 bilhões em despesas de custeio e investimentos à aprovação de um novo crédito

suplementar.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Salário mínimo para 2021 ficará em R\$ 1.067



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

A queda da inflação fez o governo reduzir o reajuste do **salário** mínimo para o próximo ano. Segundo o projeto do Orçamento de 2021, enviado hoje (31) ao Congresso, o mínimo subirá para R\$ 1.067 em 2021.

Créditos: Divulgação

O projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2021, enviado em abril, fixava o **salário** mínimo em R\$ 1.075 para o próximo ano. O valor, no entanto, pode ser revisto na proposta de Orçamento da União dependendo da evolução dos parâmetros econômicos.

Segundo o Ministério da **Economia**, a queda da inflação decorrente da retração da atividade econômica impactou o reajuste do mínimo. Em abril, a pasta estimava que o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) encerraria 2020 em 3,19%. No projeto do Orçamento, a estimativa foi revisada para 2,09%.

A regra de reajuste do **salário** mínimo que estabelecia a correção do INPC do ano anterior mais a variação do Produto Interno Bruto (PIB, soma dos bens e serviços

produzidos) de dois anos antes perdeu a validade em 2019. O **salário** mínimo agora é corrigido apenas pelo INPC, considerando o princípio da Constituição de preservação do poder de compra do mínimo.

PIB

O projeto do Orçamento também reduziu as estimativas de crescimento econômico para o próximo ano na comparação com os parâmetros da LDO. A projeção de crescimento do PIB passou de 3,3% para 3,2% em 2021. A previsão para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), usado como índice oficial de inflação, caiu de 3,65% para 3,24%.

Outros parâmetros foram revisados. Por causa da queda da Selic (**juros** básicos da **economia**), a proposta do Orçamento prevê que a taxa encerrará 2021 em 2,13% ao ano, contra projeção de 4,33% ao ano que constava na LDO. O dólar médio chegará a R\$ 5,11 em 2021, contra estimativa de R\$ 4,29 da LDO.

Agência Brasil

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

O Petróleo é Nosso



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Rosalie Arruda

Querido, quer entender - sem paixão - o que anda por traz da decisão da Petrobras de vender os ativos no Rio Grande do Norte? leia a entrevista de Guilherme de Oliveira Estrella, geólogo e ex-diretor de Exploração e Produção da Petrobras, ou seja, o homem do Pré-sal, aqui na TN de domingo (30).

Entre outras informações esclarecedoras, ele afirma que Petróleo é uma questão de soberania nacional. Entenda os argumentos: 'Petróleo e gás natural é energia, e energia é uma questão política. Energia é poder geopolítico. Energia não é uma commodity que você pode comprar'.

Também está valendo uma entrevista sobre o assunto do ex-ministro Ciro Gomes ao Programa Espaço Cidadão, do jornalista Robson Carvalho, disponível no Youtube.

Bombeiros ...

Na pauta de julgamentos do Pleno do TJRN para 09 de

setembro, uma ação movida pelo Procurador Geral de Justiça alegando a inconstitucionalidade da lei que criou o Fundo Especial de Reparelhamento do Corpo de Bombeiros Militar do RN.

O dispositivo institui a cobrança de taxas de exercício de poder de polícia e de utilização de serviços prestados (prevenção e o combate a incêndios; busca e salvamento em imóveis). O Ministério Público do RN entende que ... 'são serviços colocados à disposição indistintamente a toda coletividade devendo por isso ser custeados pelos impostos e não por taxas como pretende fazer valer os dispositivos impugnados'.

Decisão

Os desembargadores do TJRN também têm pela frente a análise de ações de parlamentares estaduais que questionam o Executivo pela não liberação de recursos de emendas parlamentares impositivas. O deputado Kelps de Oliveira Lima (SDD) impetrou mandado de segurança coletivo para assegurar o processamento das despesas aprovadas, ainda no governo Robinson Faria. Já o tucano deputado José Dias

alegou que tem 22 emendas individuais de sua autoria, que até agora não foram executadas pelo Governo Fátima Bezerra.

Calçadão em P. Negra

O casal Gallindo recepcionava pessoalmente os clientes que foram no FDS curtir a Fogo e Chama sentados no calçadão à margem esquerda da avenida Praia de Ponta Negra, entre a feirinha de artesanato e o Praia Shopping. A obra do Calçadão, ainda não concluída, é executada pela Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana (STTU) e deve terminar no mês de novembro próximo. A novidade animou o casal que já tem planos para o verão que se aproxima.

Novo Point

O lugar tem tudo para se transformar no novo point gastronômico de Natal. Circula na região o interesse da Padaria Mercato e do Restaurante Gusto em abrir portas de frente à brisa de Ponta Negra.

Bancários

É provável que não haja greve dos Bancários. Os patrões apresentaram proposta de reajuste salarial de 1,5% em 2020, mais um abono de R\$ 2 mil. Em 2021, reajuste da inflação mais 0,5%. Além disso, os valores da Participação nos Lucros e Resultados - serão corrigidos este ano pela variação da inflação pelo INPC. Para 2021, a PLR será corrigida pelo INPC, mais aumento de 0,5%. A Contraf é favorável à proposta.

Tá Russo

O governo brasileiro começou a acenar para manter o **salário** mínimo no patamar de R\$ 1.067 no ano que vem. Ou seja, acréscimo de R\$ 22,00 acentuando a queda na renda do trabalhador que atingiu recordes durante a pandemia - somente entre fevereiro e junho foram menos R\$ 34 bilhões na **economia**.

Aumentando a Dívida

O Conselho Nacional de Previdência Social recomendou ao Ministério da **Economia** que encaminhe proposta legislativa para ampliar, em 5%, a margem do crédito consignado para os aposentados e pensionistas da Previdência Social. A medida deve valer enquanto durar o estado de calamidade pública da Covid-19. Com isso, o valor passará de 35% para 40%, sendo 5% reservado para o cartão consignado.

Copacabana

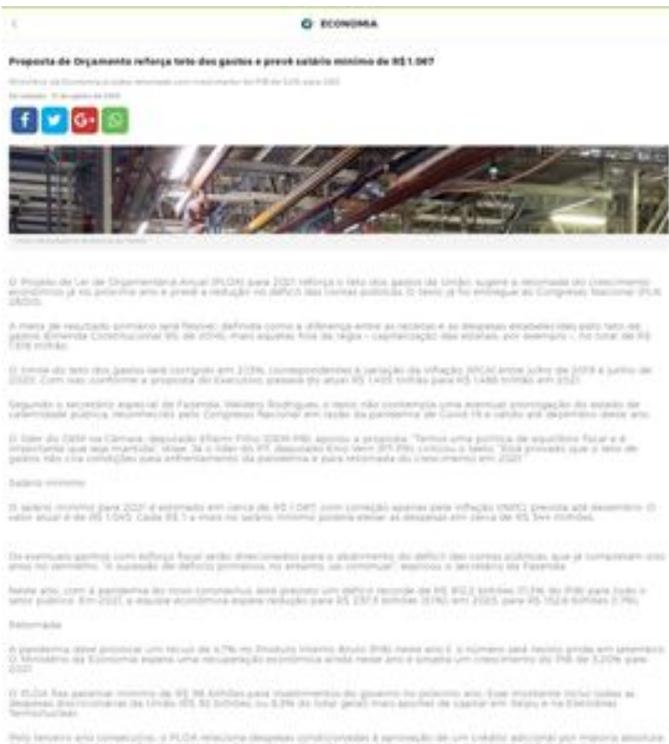
O Rio de Janeiro continua lindo e o carioca inconsequente. As praias do Rio totalmente lotadas no FDS assustou os mais crédulos. Há uma proibição pela prefeitura da cidade quanto à permanência de banhistas nas faixas de areia.

Enquanto isso, em SP, o governador João Dória

anunciou que a quarentena vai durar no estado até a chegada de uma vacina.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Proposta de Orçamento reforça teto dos gastos e prevê salário mínimo de R\$ 1.067



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

O Projeto de Lei de Orçamentária Anual (PLOA) para 2021 reforça o teto dos gastos da União, sugere a retomada do crescimento econômico já no próximo ano e prevê a redução no déficit das contas públicas. O texto já foi entregue ao Congresso Nacional (PLN 28/20).

A meta de resultado primário será flexível, definida como a diferença entre as receitas e as despesas estabelecidas pelo teto de gastos (Emenda Constitucional 95, de 2016), mais aquelas fora da regra - capitalização das estatais, por exemplo -, no total de R\$ 1,516 trilhão.

O limite do teto dos gastos será corrigido em 2,13%, correspondentes à variação da inflação (IPCA) entre julho de 2019 e junho de 2020. Com isso, conforme a proposta do Executivo, passará do atual R\$ 1,455 trilhão para R\$ 1,486 trilhão em 2021.

Segundo o secretário especial de Fazenda, Waldery Rodrigues, o texto não contempla uma eventual

prorrogação do estado de calamidade pública, reconhecido pelo Congresso Nacional em razão da pandemia de Covid-19 e válido até dezembro deste ano.

O líder do DEM na Câmara, deputado Efraim Filho (DEM-PB), apoiou a proposta. 'Temos uma política de equilíbrio fiscal e é importante que seja mantida', disse. Já o líder do PT, deputado Enio Verri (PT-PR), criticou o texto. 'Está provado que o teto de gastos não cria condições para enfrentamento da pandemia e para retomada do crescimento em 2021.'

Salário mínimo

O **salário** mínimo para 2021 é estimado em cerca de R\$ 1.067, com correção apenas pela inflação (INPC) prevista até dezembro. O valor atual é de R\$ 1.045. Cada R\$ 1 a mais no **salário** mínimo poderá elevar as despesas em cerca de R\$ 344 milhões.

Os eventuais ganhos com esforço fiscal serão direcionados para o abatimento do déficit das contas públicas, que já completam oito anos no vermelho. 'A sucessão de déficits primários, no entanto, vai continuar', explicou o secretário da Fazenda.

Neste ano, com a pandemia do novo coronavírus, está previsto um déficit recorde de R\$ 812,2 bilhões (11,3% do PIB) para todo o setor público. Em 2021, a equipe econômica espera redução para R\$ 237,3 bilhões (3,1%); em 2023, para R\$ 152,6 bilhões (1,7%).

Retomada

A pandemia deve provocar um recuo de 4,7% no Produto Interno Bruto (PIB) neste ano ? o número será revisto ainda em setembro. O Ministério da **Economia** espera uma recuperação econômica ainda neste ano e projeta um crescimento do PIB de 3,20% para 2021.

O PLOA fixa patamar mínimo de R\$ 96 bilhões para

investimentos do governo no próximo ano. Esse montante inclui todas as despesas discricionárias da União (R\$ 92 bilhões, ou 6,3% do total geral) mais aportes de capital em Itaipu e na Eletrobras Termonuclear.

Pelo terceiro ano consecutivo, o PLOA relaciona despesas condicionadas à aprovação de um crédito adicional por maioria absoluta do Congresso Nacional, a fim de contornar a 'regra de ouro'. Serão necessários os votos de, no mínimo, 257 deputados e 41 senadores.

As despesas condicionadas somam R\$ 453,7 bilhões no PLOA para 2021. A maior parte corresponde a benefícios previdenciários (R\$ 272,2 bilhões) e despesas com pessoal (R\$ 119,2 bilhões). Neste ano, o montante foi de R\$ 343,6 bilhões.

Ministérios

O Ministério da **Economia** responde pela maior parte dos gastos fixados em razão da dívida pública, que consumirá R\$ 2,2 trilhões. A pasta abriga ainda despesas com Previdência (R\$ 712,0 bilhões) e transferências devido à repartição de impostos (R\$ 216,9 bilhões).

Os benefícios para abono salarial e seguro-desemprego foram estimados em R\$ 58,9 bilhões. As ações do Ministério da Infraestrutura deverão somar R\$ 24,7 bilhões. No âmbito do Ministério do Meio Ambiente, a dotação total é de R\$ 2,9 bilhões.

O Ministério da Educação responderá por R\$ 144,5 bilhões das despesas totais. O da Saúde, R\$ 136,8 bilhões; o da Defesa, por R\$ 116,1 bilhões; e o da Cidadania, que abriga programas de transferência de renda (hoje o Bolsa Família), por R\$ 104,3 bilhões.

O Poder Legislativo (Câmara dos Deputados, Senado e Tribunal de Contas da União) contará com R\$ 13,5 bilhões em 2021, no total geral. O Judiciário, R\$ 50,5 bilhões. Juntos, o Ministério Público e a Defensoria Pública da União terão R\$ 8,2 bilhões.

Tramitação

A proposta deve ser analisada pela Comissão Mista de Orçamento (CMO) do Congresso Nacional, que ainda não foi instalada nesta sessão legislativa. Depois, seguirá para discussão e votação por deputados e senadores em sessão conjunta do Congresso.

Ato conjunto da Câmara e do Senado regulamentou a deliberação remota, pelo Congresso, de propostas de leis orçamentárias enquanto durar o estado de calamidade pública, em casos de urgência ou relacionados à Covid-19 e com apoio de líderes partidários.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Governo Federal propõe salário mínimo de R\$ 1.067 para 2021



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Brasília (AE) - O governo federal propôs um **salário** mínimo de R\$ 1.067 para o próximo ano, segundo o Projeto de Lei Orçamentária (PLOA) de 2021 apresentado nesta segunda-feira (31) pela equipe econômica. A Constituição determina que o **salário** mínimo tem de ser corrigido, ao menos, pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) do ano anterior. Na proposta de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) enviada ao Congresso em abril, o governo tinha estimado que o piso de 2021 seria de R\$ 1.079.

Atualmente, o **salário** mínimo é de R\$ 1.045. O reajuste, se aprovado pelo Congresso, começará a valer em janeiro de 2021, com pagamento a partir de fevereiro.

Os valores ainda podem mudar no decorrer deste ano, com base nas projeções de inflação para o ano de 2020 (utilizadas como parâmetro para correção).

O valor do **salário** mínimo proposto pelo governo para o ano que vem tem correção somente pela inflação, ou seja, pela estimativa do governo para o INPC. Esse

formato já foi adotado neste ano, quando a área econômica concedeu reajuste somente com base na inflação do ano passado.

Com isso, o governo mudou a política de aumentos reais (acima da inflação) que vinha sendo implementada nos últimos anos, proposta pela presidente Dilma Rousseff e aprovada pelo Congresso.

A política de reajustes pela inflação e variação do Produto Interno Bruto (PIB) vigorou entre 2011 e 2019, mas nem sempre o **salário** mínimo subiu acima da inflação.

Em 2017 e 2018, por exemplo, foi concedido o reajuste somente com base na inflação porque o PIB dos anos anteriores (2015 e 2016) teve retração. Por isso, para cumprir a fórmula proposta, somente a inflação serviu de base para o aumento.

Ao conceder um reajuste menor para o **salário** mínimo, o governo federal também gasta menos. Isso porque os benefícios previdenciários não podem ser menores que o valor do mínimo.

Créditos: Adriano Abreu Com a proposta do governo federal, se aprovada no Congresso, o **salário** mínimo que entra em vigor em janeiro de 2021 aumentará R\$ 22

De acordo com cálculos do governo, o aumento de cada R\$ 1 no **salário** mínimo implica despesa extra em 2020 de aproximadamente R\$ 355 milhões.

Previsão do PIB/2021

Brasília, 31 (AE) - O Projeto de Lei Orçamentária (PLOA) de 2021 apresentado nesta segunda-feira, 31, pelo Ministério da **Economia** prevê que o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) no próximo ano será de 3,20%. A projeção se refere à última estimativa oficial, feita pela pasta em julho. Na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), enviada ao Congresso em abril, a

previsão era de R\$ 3,30%.

A estimativa da equipe econômica para a Selic média em 2021 é de 2,13% ao ano, ante 4,33% na LDO. O PLOA também traz a projeção de um câmbio médio de R\$ 5,11 no próximo ano, ante R\$ 4,29 na LDO.

A estimativa de alta da massa salarial nominal é de 4,05% em 2021, ante 5,95% prevista em abril. Já a projeção da PLOA para a inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) em 2021 é de 3,24%, ante 3,65% estimado na LDO. Para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) - que reajusta o **salário** mínimo - a projeção é de 2,09%, ante 3,19% de abril.

Para o Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna (IGP-DI) de 2021, a previsão é de 4,11% na proposta de Orçamento, ante 4,00% previsto na LDO.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Caminho para investir



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Luiz antônio felipe

laf@tribunadonorte.com.br

Com o Poder Público sem dinheiro para investimentos mais arrojados, o presidente Bolsonaro dá aval ao Pró-Brasil somando com recursos da iniciativa privada. Os economistas argumentam que os estímulos monetários e fiscais do governo farão com que o Brasil tenha um menor impacto entre os países na América Latina. Não só a queda do PIB no segundo trimestre deve ser menor por aqui, mas a recuperação desenhada pelos dados recentes também têm se mostrado mais expressiva. Um dos grandes problemas é forte o impacto do passado. O lucro das empresas de capital aberto tem queda de 81,9% no 1º semestre.

Previa

Com a retração do PIB se confirmando no segundo trimestre deste ano, o Brasil entra oficialmente em "recessão técnica" - que se caracteriza pelo recuo do nível de atividade por dois trimestres consecutivos. Nos três primeiros meses deste ano, a **economia** já havia

entrado em retração de 1,5%.

Previsão

O **mercado** estima uma queda menor do PIB em 2020. A projeção recua de -5,46% para -5,28%, aponta o boletim Focus. A projeção do Focus para o IPCA (inflação) sobe levemente de 1,71% para 1,77%. Já a Selic (**juros**), no fim de 2021 também recua de 3% para 2,88% ao ano. As estimativas são todas favoráveis ao retorno das atividades da **economia** em 2021.

Cotações

O **mercado** de petróleo pode ganhar ritmo em 2021. Ontem, preço do barril (spot) foi vendido a US\$ 42,76, um recuo de -0,16%. O dólar experimentou uma alta de 1,27% a R\$ 5,48. Em agosto, o dólar subiu 5,02%, já em 2020, a moeda salta 36,58%. A Bolsa oscilou e fechou o dia em baixa forte de -2,72 a 99.369 pontos, a primeira queda mensal em 2020 (-3,44%).

Divida

O setor público consolidado brasileiro teve déficit primário de R\$ 81,071 bilhões em julho, por conta da pandemia. Um recorde histórico. Já a dívida bruta salta em julho e chega ao recorde de 86,5% do PIB.

Orçamentos de 2021

O projeto de Orçamento do governo, encaminhado ontem ao Congresso é otimista ao prevê um crescimento do PIB de 3,2% em 2021. O projeto estima também, de forma indicativa, que o déficit primário estimado para o setor público consolidado (União, Estados, municípios e estaduais) em 2021 é de R\$ 237,3 bilhões e propõe um **salário** mínimo de R\$ 1.067,00, a partir de 1º de janeiro (hoje é de R\$ 1.045,00). O Orçamento da União de 2021 prevê R\$ 1,5 trilhão em despesas, 93,7% obrigatórias. Mais amarrado do que nunca.

Devagar

A recuperação econômica tende a ser lenta, em decorrência da alta do desemprego e do fim da concessão do auxílio emergencial, prevista para dezembro. No RN, apenas como ilustração, o número de pessoas sem trabalho é maioria pela 1ª vez, diz o IBGE. O RN tem uma das menores proporções de pessoas trabalhando por conta própria, no País.

Negociação

A Serasa Experian estende prazo para quitar dívidas por R\$100 até 8 de setembro, devido ao sucesso da última semana da ação do Serasa Limpa Nome em conjunto com os 21 parceiros. A ação possibilita os consumidores a quitarem dívidas entre R\$ 200 e R\$ 1.000 por R\$ 100. Foram mais de 2 milhões de brasileiros renegociando suas dívidas.

Deserta

Mais uma vez o leilão online da venda de 1.059.000 ações ordinárias nominativas, de 100% do capital social emitidas pela Administradora da Zona de Processamento de Exportação de Macaíba S/A - AZMAC, foi declarada deserta (sem interessado). Os autos estão franqueados de segunda a sexta-feira, das 07h às 13h, na Prefeitura de Macaíba.

Fabrica

A Sanovo Greenpack Embalagens do Brasil está aguardando a liberação da Licença de Operação, da parte do Idema, para o funcionamento da sua fábrica de embalagens de polpa para ovos e frutas. A indústria de embalagens diversas está instalada no Distrito Industrial de Goianinha.

Origem

As indicações geográficas (IGs) crescem mesmo em meio à pandemia. Levantamento mostra que o INPI já recebeu 10 novos pedidos de IGs, quase o total do ano passado. No RN o destaque é o Bordado de Caicó, em

reconhecimento da notoriedade de uma região e um povo em produzir bens e serviços específicos.

Saúde

As dificuldades da pandemia, em apenas três meses, levaram mais de 250 mil brasileiros a deixarem os planos de saúde. O setor começa a registrar estabilidade após sucessivas quedas em função da Covid-19. Uma queda de 0,5%, constata o Instituto de Estudos de Saúde Suplementar. No total, segundo a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), são agora com 46,8 milhões de beneficiários.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Loja Etna vai encerrar atividades no shopping Midway Mall



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

A Etna, loja de moveis e decoração, irá encerrar as suas atividades em breve no shopping Midway Mall. A empresa não definiu uma data para a saída, mas os funcionários já foram avisados do fechamento e a unidade passa por um processo de 'queima de estoque', com promoções para venda de todos os produtos.

Créditos: Tales Lobo Loja está com promoções em todos os produtos. Consumidores fazem fila para aproveitar descontos

Sem um pronunciamento oficial por parte da marca, ainda não está definido se a empresa se manterá no Rio Grande do Norte com loja em outro local. Atualmente, a unidade do Midway é a única da Etna no Estado, com mais de 30 empregados. De acordo com alguns funcionários, a empresa apenas informou que iria descontinuar a loja no Midway Mall, sem falar na abertura de algum novo empreendimento.

Procurada, a assessoria de imprensa do Midway Mall não informou os motivos que levaram à saída da Etna, nem se uma nova empresa ocupará o espaço. Caminhando pelo shopping também é possível ver

outros pontos desocupados, além de lojas fechadas. Segundo o próprio Midway, o centro possui espaço para mais de 300 lojas.

Nesta segunda-feira (31), a loja da Etna estava movimentada, com muitos clientes aproveitando as promoções, inclusive com uma fila formada na entrada. Devido as medidas de restrição por conta da pandemia da covid-19, o estabelecimento limita a entrada dos clientes.

Todos os produtos estão com descontos especiais por conta do fechamento. A unidade conta também com estoque diminuto, sendo a maioria dos moveis vendidos peças de mostruário. Até mesmo alguns corredores começam a ser esvaziados.

'Eu lamento muito (o fechamento da loja). Tenho o costume de frequentar a loja tanto para escolher produtos para mim, quanto para meus clientes. É triste também porque algumas pessoas vão ficar sem emprego durante um período muito complicado que a gente está passando', comentou a arquiteta Júlia Torres, cliente da loja, o saber do fechamento.

A marca

Fundada em 2004, a Etna é referência no **mercado** de móveis, decoração, utilidades domésticas, organização, cama, banho e iluminação. Além do site, que faz entregas por todo o Brasil, a Etna tem 12 lojas físicas espalhadas pelo País, sendo quatro no Nordeste: Fortaleza, Salvador, Natal e Recife.

Retomada

Em contrapartida ao fechamento da Etna, a **economia** do Rio Grande do Norte vem demonstrando uma recuperação nos últimos meses. Após a grave crise econômica desencadeada pela pandemia da covid-19, o Estado teve em julho, o segundo mês seguido com saldo positivo no quantitativo de empregos formais neste ano.

Depois de seguidos números negativos, de janeiro a maio, o RN registrou, em junho e julho, a geração de mais de 2.700 postos de trabalho com carteira assinada. Somente, no mês passado, foram 9.701 admissões contra 8.540 demissões, o que resulta em um saldo de 1.161 vagas abertas. Nacionalmente, houve a abertura líquida de 131.010 empregos com carteira assinada. Os dados são do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), divulgados pelo Ministério da **Economia**.

Entre os estados do Nordeste, o RN não chegou a ser destaque, ficando entre os quatro com menor geração de empregos. Somente Sergipe teve saldo negativo (-804). O estado com melhor resultado foi o Ceará (5.727), seguido do Maranhão (4.919), Pernambuco (4.624) e Bahia (3.182). Em Alagoas, o saldo foi de 1.571 vagas; na Paraíba (1.211) e no Piauí (1.073). Em julho, houve aumento de 1,33% nas contratações e de 6,44% nas demissões ante junho, mês em que o RN tinha sido o terceiro maior saldo do Norte-Nordeste.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Governo reduz de R\$ 1.079 para R\$ 1.067 proposta para o salário mínimo em 2021



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: padua

O governo propôs um **salário** mínimo de R\$ 1.067 a partir de janeiro de 2021, com pagamento a partir de fevereiro.

O valor consta do projeto da lei orçamentária do ano que vem encaminhado ao Congresso Nacional nesta segunda-feira (31) pelo Ministério da **Economia**. O valor proposto pelo governo - que depende de aprovação do Congresso - representa um aumento de R\$ 22 em relação ao **salário** mínimo atual, de R\$ 1.045.

Também equivale a uma redução de R\$ 12 na comparação com os R\$ 1.079,00 propostos em abril deste ano para 2021.

A explicação para essa queda tem a ver com o fato de o governo prever um aumento somente com base na inflação de 2020. Como a previsão para a inflação deste ano recuou, o **salário** mínimo também terá um reajuste menor. Em abril, o governo previa que o INPC teria uma

alta de 3,27% em 2020, valor que caiu para 2,09% em julho.

A Constituição determina que o **salário** mínimo tem de ser corrigido, ao menos, pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) do ano anterior.

O valor para o **salário** mínimo de 2021 pode sofrer nova alteração, com base no comportamento da inflação.

G1

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Governo estima alta do PIB em 3,2% em 2021 e rombo de R\$ 573 bilhões até 2023



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: padua

Depois de um tombo previsto para a **economia** neste ano por causa da pandemia do coronavírus, o governo federal projeta um retorno do crescimento econômico em 2021. Segundo estimativa que consta da proposta de Orçamento do próximo ano, encaminhada ao Legislativo nesta segunda-feira, 31, o Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro deverá ter uma alta de 3,2% em 2021.

O número está próximo ao que foi projetado pelo governo em abril, quando previa uma alta de 3,3% para o PIB em 2021, e também em julho deste ano (3,2%).

O governo federal propôs um **salário** mínimo de R\$ 1.067 para 2021, segundo a proposta de Orçamento do ano que vem apresentada nesta segunda-feira, 31, pela equipe econômica. O valor representa um aumento de R\$ 22 em relação ao **salário** mínimo atual, de R\$ 1.045. O reajuste, se aprovado pelo Congresso, começará a valer em janeiro de 2021, com pagamento a partir de

fevereiro.

Rombo nas contas até 2023

Após um rombo de quase R\$ 800 bilhões neste ano devido aos gastos de combate à covid-19, a equipe econômica encaminhou ao Congresso Nacional uma proposta orçamentária que prevê mais uma sucessão de déficits entre 2021 e 2023 que, somados, representarão um buraco de R\$ 572,9 bilhões.

No ano que vem, o governo prevê déficit de R\$ 233,6 bilhões nas contas do governo central, que reúne Tesouro Nacional, INSS e Banco Central. Em 2022, a projeção é de resultado negativo em R\$ 185,5 bilhões. Em 2023, o rombo será de R\$ 153,8 bilhões.

Segundo o Ministério da **Economia**, os cálculos foram feitos de acordo com 'premissas conservadoras de déficits persistentes, porém cadentes, devido ao teto de gastos'.

A equipe econômica tem reforçado que ainda há muitas incertezas em relação à reação da arrecadação na retomada após a crise provocada pela pandemia. Por isso, tem usado o teto de gastos (mecanismo que limita o avanço das despesas à inflação) como uma espécie de 'superâncora'.

A meta fiscal, que é a diferença entre as despesas e receitas, acaba sendo fruto da arrecadação. A meta vai flutuar conforme as receitas, enquanto a despesa é dada pelo teto. 'Os gastos primários são estabelecidos pelo teto de gastos que funciona como âncora da política fiscal de médio prazo', diz a **Economia**.

O governo reforçou que os gastos da pandemia ficarão restritos a 2020. 'Com reformas implementadas - tributária e administrativa - **economia** pode responder com ganhos de produtividade. Com maior crescimento haverá aumento da receita primária. Os ganhos de

arrecadação se reverterão para redução dos déficits primários estimados', afirma a pasta.

As previsões de resultado para o setor público consolidado são todas negativas, com rombos de R\$ 237,3 bilhões em 2021, R\$ 184,4 bilhões em 2022 e R\$ 152,6 bilhões em 2023. As contas do setor público incluem o governo central, estatais e Estados e municípios.

No caso das estatais federais, os cálculos apontam para déficits de R\$ 4,0 bilhões em 2021, R\$ 4,2 bilhões em 2022 e R\$ 4,5 bilhões em 2023. Já Estados e municípios devem ter superávit de R\$ 0,2 bilhão em 2021, R\$ 5,3 bilhões em 2022 e de R\$ 5,7 bilhões em 2023.

Estadão Conteúdo

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN -
ECONOMIA

Governo e bancada tratam da implicação da venda de ativos



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

A discussão sobre a transição do modelo de exploração de petróleo e gás no Rio Grande do Norte com a saída da Petrobras deve ter início ainda na primeira semana de setembro. Ontem, a governadora Fátima Bezerra se reuniu com a bancada federal e do senado no Centro de Convenções de Natal, a fim de debater o impacto da saída da empresa e as possíveis ações conjuntas a serem tomadas para preservar os quase 5 mil empregos diretos e indiretos gerados pela Petrobras no RN.

Um grupo de trabalho com representações do Governo e da Petrobras foi criado para que tópicos como o passivo ambiental devido pela empresa, a continuidade das operações até a venda dos campos e um calendário para o início da exploração do petróleo em águas profundas sejam discutidos e acertados antes que ela deixe de operar definitivamente na exploração do petróleo em terra no RN.

A reunião entre Governo e parlamentares durou a maior parte da manhã. O secretário de Planejamento e Finanças do estado, Aldemir Freire, fez uma explanação aos presentes do impacto da Petrobras para a **economia** do RN, e de qual seria da saída para o

estado. De acordo com os dados apresentados, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a indústria do petróleo e gás gerou, para o Rio Grande do Norte em 2018, 52% do total das atividades industriais no Estado. Em termos de salários, o setor é responsável por 67% daqueles que são pagos na área da indústria. 'É possível que nenhum estado brasileiro, nem mesmo o Rio de Janeiro, tenha em uma única empresa um peso tão grande para a sua **economia** local como o RN tem da Petrobras', disse o secretário durante a apresentação.

Dentre os riscos apontados pelo secretário com a saída da empresa, estão a queda na arrecadação de royalties (as pequenas empresas que substituiriam a Petrobras pagam até 5% de royalties sobre preço, enquanto atualmente o valor pago na Bacia Potiguar pode chegar até 10%); maior vulnerabilidade do ecossistema às oscilações do preço internacional do barril de petróleo, o que ameaça a sobrevivência de empresas menores que não possuem a estrutura da Petrobras para enfrentar as variações do **mercado** internacional e a inviabilização do funcionamento de órgãos institucionais de papel relevante, como o Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente (Idema), onde 83% das receitas são oriundas do setor.

'A desoneração das taxas ambientais vai provocar um encarecimento do licenciamento de outras atividades econômicas, ou a própria inviabilização do nosso sistema de licenciamento e de todas as atividades de fiscalização e monitoramento ambiental do Estado', afirma Aldemir Freire.

Para os representantes do Governo do Estado, o que está em discussão não é a entrada de empresas privadas para exploração de campos maduros no RN, algo que já é uma realidade, mas sim a saída total da estatal do território local. 'Não somos e nunca seremos contra a participação de empresas de capital privado na exploração de petróleo no RN. Para nós, o modelo ideal é o modelo misto, inclusive porque a presença da Petrobras ajuda a atrair essas outras empresas', disse a

governadora Fátima Bezerra.

De acordo com a governadora, a decisão de deixar o território potiguar é, em última instância, do Governo Federal, acionista majoritário da empresa. O cenário que permeia a saída da Petrobras do Rio Grande do Norte ainda é repleto de incertezas. Apesar da estatal afirmar ao Governo que pretende fazer a exploração de petróleo em águas profundas no Estado, no campo de Pitu, o projeto ainda está na fase de estudos sem possuir um calendário. O Governo pretende descobrir, no grupo de trabalho, essas e outras questões, como por exemplo a maneira com a qual a empresa pretende lidar com as pendências jurídicas, físicas, os passivos ambientais pendentes e as atividades paralelas que eram desenvolvidas pela empresa no Estado, como as pesquisas financiadas na UFRN), patrocínios culturais e esportivos e projetos de preservação ambiental.

Presentes na reunião, os membros da bancada federal apresentaram uma posição coesa sobre a saída da empresa do RN. De forma unânime, eles afirmam que o principal no momento é garantir que os empregos diretos e indiretos não sejam perdidos imediatamente, e que o plano de transição de saída da empresa esteja claro para que o RN não seja prejudicado pela decisão.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Mourão afirma ser contra militares furarem teto



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Brasília (AE) - O vice-presidente Hamilton Mourão afirmou ontem ser contra a possibilidade de integrantes das Forças Armadas com cargo no governo acumularem remuneração acima do teto salarial do funcionalismo, hoje em R\$ 39,3 mil. General da reserva, o vice se contrapôs ao Ministério da Defesa, que, como mostrou o Estadão, obteve aval da Advocacia-Geral da União (AGU) para aplicar um entendimento diferente no caso de militares com postos no Executivo.

Na prática, a iniciativa liberaria salários acima do limite estabelecido por lei. Mourão disse discordar do entendimento da Defesa por "uma questão ética e moral" e citou o momento vivido pelo País. "Têm dois aspectos aí. Número um: já tem jurisprudência a respeito (dizendo) que os proventos de aposentadoria não acumulariam com a questão de abate-teto. Número dois: tem a questão ética e moral, (então) eu acho que não é o caso", declarou o vice, que poderia ser beneficiado pela medida.

"Eu, claramente, sou contra isso aí no momento que nós estamos vivendo. Se a gente estivesse vivendo uma situação normal, o País com recurso sobrando, tudo

bem, mas não é o que está acontecendo."

A Defesa sustenta, com apoio dos comandos da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, que o abate-teto deveria limitar cada **salário** isoladamente. O argumento é o de que a iniciativa corrigiria distorções de militares da reserva que exercem cargos no governo sem ganhar nada a mais ou em troca de apenas uma parte da remuneração. Dessa forma, caso nenhum dos valores atinja o teto, o militar poderia recebê-los integralmente.

Apesar do aval da AGU, dado em abril, o pagamento acima do limite foi suspenso durante a pandemia do novo coronavírus. O Ministério da **Economia** tenta convencer a AGU a rever essa autorização. Em documento obtido pelo Estadão, a área econômica alerta para o possível impacto que a mudança na regra pode causar e diz que, desde 2018, o desconto feito no **salário** de servidores poupou R\$ 518 milhões aos cofres públicos.

Embora a AGU tenha se manifestado com base em uma consulta da Defesa, outros ministérios também já questionaram a área jurídica do governo sobre como proceder os pagamentos. Isso porque o parecer da AGU beneficia não só os militares, mas todos os servidores do Executivo que recebem salários de duas fontes diferentes.

O Ministério da **Economia** não respondeu aos questionamentos do Estadão. A Defesa alegou ser competência da AGU se pronunciar. A AGU disse apenas que o parecer que permite a aplicação do abate-teto separadamente em cada vencimento "segue suspenso".

Requerimento

O líder do Cidadania na Câmara, Arnaldo Jardim (SP), quer que a AGU dê explicações sobre a benesse concedida a integrantes das Forças. Em requerimento ao órgão, ele questiona qual é o entendimento sobre as regras de pagamento do limite de remuneração do

funcionalismo e pede a indicação de rubricas que não estariam sujeitas a isso.

Jardim quer saber, ainda, quantos servidores seriam beneficiados "O momento exige cuidado redobrado com os gastos públicos e ações efetivas para a superação da crise", escreveu o deputado à AGU.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Novo marco do gás vai à votação



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Anne Warth

BRASÍLIA (AE) - Aposta do governo para destravar investimentos de até R\$ 43 bilhões e reindustrializar o País, o novo marco do gás deve ir à votação hoje na Câmara dos Deputados. Alinhado ao novo **mercado** de gás, programa do governo mais conhecido como "choque da energia barata", a proposta abre um setor que até pouco tempo era dominado pela Petrobras.

Com a decisão da estatal de deixar o negócio de distribuição - onde é sócia de 19 de um total de 26 distribuidoras - e vender sua malha de gasodutos e estruturas essenciais, o ministro da **Economia**, Paulo Guedes, avalia que a chegada de novos concorrentes no setor pode fazer com que o preço do gás caia até 40%.

O texto em avaliação na Câmara traz adaptações para essa nova fase (mais informações nesta página). Ele muda o regime de exploração de gasodutos para o de autorizações, mais simples que as atuais concessões, e impede que uma empresa atue em várias etapas da produção e impede a relação societária entre

transportadores (atividade exercida por monopólio) e produtores e comercializadores (em regime competitivo).

Além disso, a proposta assegura o livre acesso de outras empresas a infraestruturas essenciais - como gasodutos, unidades de processamento e terminais de liquefação e regaseificação de GNL. Por fim, prevê regime de contratação de capacidade de gás por pontos de entrada e saída na malha de gasodutos de transporte, o promete agilizar e desburocratizar a prestação do serviço de transporte.

O relator do projeto, deputado Laércio Oliveira (PP-SE), vai manter o texto aprovado no ano passado pela Comissão de Minas e Energia da Casa e espera amplo apoio dos parlamentares. Na aprovação do regime de urgência para tramitação da proposta, foram 323 votos favoráveis. Aprovado em plenário na Câmara, o texto seguirá para o Senado. "O texto já foi amplamente discutido e é conhecido por todos. Não existe ambiente para novos adiamentos", afirmou. "Todo o setor produtivo nacional está alinhado com o texto, à exceção das distribuidoras."

Na outra ponta, o deputado Elmar Nascimento (DEM-BA) vai defender três mudanças na proposta: a autorização para construção de termoeletricas longe da costa, a permissão para uma mesma empresa atuar em várias etapas da produção e o veto à transformação de gasodutos de distribuição (de uso exclusivo da distribuidora) em gasodutos de transporte (de uso compartilhado)

Para o deputado, o texto vai viabilizar a queda de preço do gás, mas por meio de importações, e não da exploração do pré-sal. Por isso, avalia que é preciso uma política pública para construção de gasodutos. "O governo constrói rodovias e depois licita para a iniciativa privada. Por que não faz o mesmo com gasodutos?", questionou. Ele diz que a mudança de status de alguns gasodutos pode elevar a insegurança jurídica e afirma que os riscos de uma mesma empresa dominar várias

etapas de produção podem ser controlados pelas agências reguladoras.

'Novo **mercado**'

Associações de produtores, transportadores e consumidores defendem a proposta de Oliveira, entre elas a Associação Brasileira de Grandes Consumidores de Energia (Abrace), presidida por Paulo Pedrosa. "É curioso ver gente do Rio sem entusiasmo pela proposta, que é extraordinária para o Estado. E outras de Estados com vocação por renováveis defenderem térmicas distantes que vão encarecer a energia de seus Estados e tomar o espaço da expansão renovável", disse Pedrosa. "Essa é a hora da escolha. Vamos aprovar o texto original de convergência do **mercado** ou vamos trocar o monopólio estatal por monopólios privados regionais?"

Já o presidente executivo da Associação Brasileira das Empresas Distribuidoras de Gás Canalizado (Abegás), Augusto Salomon, reitera que o projeto precisa estimular investimentos para a construção de infraestrutura para acelerar a produção de gás natural. Para ele, isso só será assegurado com demanda firme - no caso, termoelétricas a gás natural inflexíveis, ou seja, de uso contínuo. "Com essas âncoras de consumo, incorporadas no projeto de lei, os investidores terão muito mais segurança jurídica para fazer os aportes", disse ele.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

'Governo vai acumular 13 anos de déficit fiscal'



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Brasília (AE) - As contas públicas devem ficar no vermelho até a virada de 2026 para 2027, o que resultará numa sequência de pelo menos 13 anos de rombos sucessivos, segundo previsão do próprio Ministério da **Economia**. Nesta segunda-feira, 31, o governo encaminhou ao Congresso Nacional uma proposta orçamentária prevendo déficits entre 2021 e 2023 que, somados, resultam em um buraco de R\$ 572,9 bilhões.

saiba mais

Orçamento amplia recursos do Bolsa Família

O governo gasta mais do que arrecada (ou seja, registra déficits) desde 2014, ainda na gestão Dilma Rousseff. Na prática, pelas projeções da equipe econômica, o vencedor das eleições presidenciais de 2022 já tem contratada uma gestão marcada pela permanência no desequilíbrio das contas.

Apesar do quadro fiscal dramático, o Ministério da **Economia** ressaltou que as projeções de déficit vão diminuir ano a ano. "Tomando por hipótese as projeções

de **mercado** sobre **juros** e crescimento da **economia**, e cumprindo com o teto de gastos até 2026, a gente imagina que entre 2026 e 2027 ainda haja déficit. Ou seja, que vire para superávit no final do próximo mandato ou no início do outro, 2026 ou 2027. Por isso precisamos andar nessa agenda de consolidação fiscal", disse o secretário do Tesouro, Bruno Funchal.

Em 2020, o rombo próximo dos R\$ 800 bilhões é explicado pelos gastos emergenciais de combate à pandemia da covid-19. No ano que vem, o governo prevê déficit de R\$ 233,6 bilhões nas contas do governo central, que reúne Tesouro Nacional, INSS e Banco Central. Em 2022, a projeção é de resultado negativo em R\$ 185,5 bilhões. Já em 2023, o rombo será de R\$ 153,8 bilhões.

A maior incerteza é o comportamento da arrecadação no processo de retomada. Por isso, o secretário especial de Fazenda do Ministério da **Economia**, Waldery Rodrigues, enfatizou que premissas usadas pela equipe econômica no Projeto de Lei Orçamentária (PLOA) de 2021 são transparentes e conservadoras: "Poderemos ter surpresas positivas com receitas de concessões e outorgas em 2021."

Estatal

Segundo ele, foram incluídas apenas estimativas de arrecadação com concessões já realizadas. Não foi contabilizada a previsão de receitas com a privatização da Eletrobrás. A arrecadação com dividendos (parte dos lucros das estatais que voltam ao Tesouro) também pode melhorar com a expectativa de melhores resultados dos bancos públicos com a recuperação econômica, disse Waldery.

Em outros anos, o governo incluía essas receitas extraordinárias para ajudar no cumprimento da meta fiscal. Para o ano que vem, porém, o governo estipulou uma espécie de meta flutuante: o teto de gastos, mecanismo que limita o avanço das despesas à inflação, virou uma espécie de super âncora que trava

as despesas, enquanto a meta de resultado primário (diferença entre a arrecadação com impostos menos as despesas do governo sem levar em conta o pagamento dos **juros** da dívida) vira consequência da diferença entre os gastos e as receitas obtidas

O secretário garantiu ainda que o governo não trabalha com a hipótese de prorrogação da calamidade pública para 2021. A calamidade permitiu gastos extraordinários para o enfrentamento da pandemia de covid-19 neste ano para 2021. As previsões de resultado para o setor público consolidado são todas negativas, com rombos de R\$ 237,3 bilhões em 2021, R\$ 184,4 bilhões em 2022 e R\$ 152,6 bilhões em 2023. As contas do setor público incluem o governo central, estatais e Estados e municípios.

Além do forte rombo nas contas públicas, o governo mais uma vez precisará da aprovação de um crédito suplementar pelo Congresso para cumprir a regra de ouro. O orçamento de 2021 prevê uma insuficiência de R\$ 453,715 bilhões para o cumprimento da norma, que impede a emissão de dívida para o pagamento de despesas correntes.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Salário mínimo para 2021 ficará em R\$ 1.067



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Blog do Seridó

A queda da inflação fez o governo reduzir o reajuste do **salário** mínimo para o próximo ano. Segundo o projeto do Orçamento de 2021, enviado hoje (31) ao Congresso, o mínimo subirá para R\$ 1.067 em 2021. O projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2021, enviado em abril, fixava o **salário** mínimo em R\$ 1.075 para o próximo ano. O valor, no entanto, pode ser revisto na proposta de Orçamento da União dependendo da evolução dos parâmetros econômicos.

Segundo o Ministério da **Economia**, a queda da inflação decorrente da retração da atividade econômica impactou o reajuste do mínimo. Em abril, a pasta estimava que o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) encerraria 2020 em 3,19%. No projeto do Orçamento, a estimativa foi revisada para 2,09%.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Salário mínimo para 2021 ficará em R\$ 1.067



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Suébster Neri

A queda da inflação fez o governo reduzir o reajuste do **salário** mínimo para o próximo ano. Segundo o projeto do Orçamento de 2021, enviado hoje (31) ao Congresso, o mínimo subirá para R\$ 1.067 em 2021. O projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2021, enviado em abril, fixava o **salário** mínimo em R\$ 1.075 para o próximo ano. O valor, no entanto, pode ser revisto na proposta de Orçamento da União dependendo da evolução dos parâmetros econômicos.

Segundo o Ministério da **Economia**, a queda da inflação decorrente da retração da atividade econômica impactou o reajuste do mínimo. Em abril, a pasta estimava que o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) encerraria 2020 em 3,19%. No projeto do Orçamento, a estimativa foi revisada para 2,09%.

Powered by WPeMatico

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN -
ECONOMIA

Semana Brasil tem apoio da Fecomércio RN



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Unknown

O Rio Grande do Norte aderiu a Semana Brasil, mega promoção de abrangência nacional, que acontece entre os dias 3 a 13 de setembro. A iniciativa é da Secretaria Especial de Comunicação Social do Ministério das Comunicações, conta com o apoio da **Confederação Nacional do Comércio** de Bens, Serviços e Turismo (**CNC**), Fecomércio RN e está sendo coordenada pelo Instituto para Desenvolvimento do Varejo (IDV). O objetivo é aquecer as vendas do comércio e varejo no estado neste período de retomada e de recuperação da crise provocada pela pandemia do novo Coronavírus.

Com a Semana Brasil, os estabelecimentos comerciais podem oferecer ofertas, promoções e descontos especiais. O mês de setembro foi escolhido por marcar a independência do Brasil (7 de setembro) e também porque não possui nenhuma outra data com apelo comercial.

Para o presidente da Fecomércio RN, **Marcelo Queiroz**, o período de vendas irá movimentar o comércio potiguar e gerar um cenário positivo e animador para o último

trimestre de 2020. 'Essa é uma oportunidade que os empresários têm que agarrar para reforçar a recuperação dos prejuízos causados pela paralisação dos negócios que, no caso do nosso estado foi de mais de 100 dias. Estamos em plena retomada da economia potiguar e essa é uma alternativa criada para movimentar a economia, oferecendo facilidades que tendem a estimular os consumidores a irem às compras, fazendo a economia voltar a girar', afirmou Queiroz.

Os empresários que desejarem aderir a Semana Brasil, podem acessar o site da Fecomércio RN (fecomerciorn.com.br), e ter acesso a diversas peças publicitárias pré-elaboradas, sem nenhum custo, para as plataformas de rádio, TV e internet. Dessa forma, o consumidor irá identificar quais lojas estão participando do período promocional.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - FECOMÉRCIO RN, FECOMÉRCIO-RN - MARCELO QUEIROZ, FECOMÉRCIO-RN - Confederação Nacional do Comércio

Senac/RN disponibiliza cursos gratuitos para hotelaria; veja



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

O **Senac** do Rio Grande do Norte está oferecendo cursos gratuitos para a área de hotelaria. Os cursos ocorrerão entre os dias 14 de setembro e 9 de dezembro e as inscrições estão abertas até a quarta-feira (2).

Créditos: Adriano Abreu Cursos são da área de hotelaria

Os cursos são para diversas áreas (veja lista abaixo) e têm carga horária entre 40h e 240h. Após as inscrições, o **Senac** entrará em contato por ordem de inscrição com as empresas para marcar a data de matrícula presencial. Para isso os alunos selecionados deverão levar cópia do RG ou carteira de habilitação (legível), cópia de CPF, comprovante de residência (atualizado) e comprovante de escolaridade ou autodeclaração de escolaridade.

Confira abaixo informações referentes às turmas gratuitas do **SENAC** RN através do **PSG** (Programa **SENAC** de Gratuidade) voltados para hotelaria:

Auxiliar de Cozinha (10 vagas), das 8h às 12h, de 14/09

a 09/12

Auxiliar de Cozinha (10 vagas), das 13h às 18h, de 14/09 a 09/12

Auxiliar de Cozinha (5 vagas), das 13h às 18h, de 14/09 a 09/12

Garçom (10 vagas), das 8h às 12h, de 28/09 a 23/12

Garçom (10 vagas), das 13h às 18h, de 28/09 a 23/12

Camareira - Técnicas de limpeza e arrumação (15 vagas), das 13h às 18h, de 14/09 a 25/09

Camareira - Técnicas de limpeza e arrumação (15 vagas), das 18h às 22h, de 14/09 a 25/09

Técnicas de recepção em meios de hospedagem (20 vagas), das 13h às 18h, de 28/09 a 09/10

Técnicas de recepção em meios de hospedagem (20 vagas), das 18h às 22h, de 28/09 a 09/10

Para inscrições, acesse aqui.

Com informações da ABIH

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - SENAC RN, FECOMÉRCIO-RN - PROGRAMA SENAC DE GRATUIDADE